



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

**MURILO DANIEL MACHADO DO NASCIMENTO**

**TRABALHO ESCRAVO**  
**E**  
**DANO MORAL COLETIVO**

Brasília  
2014

**MURILO DANIEL MACHADO DO NASCIMENTO**

**TRABALHO ESCRAVO**  
**E**  
**DANO MORAL COLETIVO**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Direito, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharelado do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Profa. Thaís Maria Riedel de Resende Zuba

Brasília

2014

**MURILO DANIEL MACHADO DO NASCIMENTO**

**TRABALHO ESCRAVO**  
**E**  
**DANO MORAL COLETIVO**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Direito, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharelado do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Profa. Thaís Maria Riedel de Resende Zuba

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Banca Examinadora

---

Prof. Thaís Maria Riedel de Resende Zuba (Orientadora)

---

Prof. Karla Margarida Martins Santos (Examinador)

---

Prof. Wagner Pereira Dias (Examinador)

Eu dedico esta monografia às vítimas do trabalho escravo, bem como aos órgãos estatais que, com empenho, lutam para erradicar essa chaga aberta da sociedade brasileira.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus pela vida, à minha família, à Fernanda e aos meus professores. Obrigado por iluminar o meu caminho e tornar a minha vida mais feliz.

## **RESUMO**

Este trabalho acadêmico tem o objetivo de apresentar a questão do trabalho escravo ou, de forma técnica, trabalho em condição análoga à de escravo, sob uma perspectiva sociojurídica, perpassando pela análise da história da escravidão no mundo até seus reflexos nos dias atuais, sob formas contemporâneas. Aliado a isso, faz-se um estudo acerca do dano moral coletivo decorrente do trabalho escravo, como meio de atuação estatal no combate e erradicação desta chaga que há séculos assola a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho. Escravidão. Trabalho em condição análoga à escravidão. Dano moral coletivo.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 BREVE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO .....	9
1.1 Idade Antiga: Grécia e Roma .....	9
1.2 Idade Média.....	14
1.3 Idade Moderna.....	15
1.3.1 <i>Brasil colonial</i> .....	15
1.3.2 <i>Brasil imperial: abolição da escravatura</i> .....	19
2 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO .....	23
2.1 Trabalho escravo: questão terminológica .....	24
2.2 Tutela jurídica no âmbito do direito interno e internacional .....	24
2.3 Trabalho proibido.....	32
2.4 Tipo penal “redução à condição análoga à de escravo” .....	34
2.4.1 <i>Trabalho forçado</i> .....	37
2.4.2 <i>Jornada exaustiva</i> .....	38
2.4.3 <i>Condições degradantes de trabalho</i> .....	39
2.4.4 <i>Restrição de locomoção por dívida contraída</i> .....	39
2.5 Ministério Público como órgão de tutela coletiva do trabalho escravo.....	40
2.5.1 <i>Ministério Público do Trabalho (MPT)</i> .....	40
3. DANO MORAL COLETIVO NO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO .....	44
3.1 Aspectos gerais do dano moral .....	44
3.1.1 <i>Evolução jurídica</i> .....	44
3.1.2 <i>Definição</i> .....	47
3.1.3 <i>Natureza jurídica</i> .....	48
3.2 Dano material e dano moral .....	49
3.3 Quantum indenizatório .....	50
3.4 Dano moral no Direito do Trabalho .....	50
3.5 Direitos ou interesses coletivos lato sensu: coletivização .....	51
3.5.1 <i>Interesse ou direito coletivo (strictu sensu)</i> .....	53
3.5.2 <i>Interesse ou direito difuso</i> .....	53
3.5.3 <i>Interesse ou direito individual homogêneo</i> .....	54
3.6 Dano moral coletivo no Direito do Trabalho.....	54

<i>3.6.1 Conceito e características</i> .....	54
<i>3.6.2 Fundamentos jurídicos</i> .....	55
<i>3.6.3 Inquérito civil e ação civil pública</i> .....	56
<i>3.6.4 Quantum indenizatório</i> .....	58
<i>3.6.5 Reversão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)</i> .....	59
<b>3.7 Estudo de caso: Processo n. TST-RR-17800-13.2003.5.08.0117</b> .....	59
<b>CONCLUSÃO</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a questão relativa ao trabalho em condição análoga à escravidão e sua repercussão no âmbito da Justiça do Trabalho por meio da tutela coletiva consistente na indenização por dano moral coletivo.

Para alcançar tal desiderato, dividimos a monografia em três capítulos a partir de metodologia baseada em pesquisa sócio jurídica na historiografia, doutrinas e jurisprudências, a partir das quais as informações são extraídas por método dedutivo e indutivo.

No capítulo 1 tem por escopo realizar uma análise histórica da escravidão desde os primórdios até o Brasil colonial e imperial, permitindo-nos contrapor a escravidão antiga às duas formas análogas contemporâneas vicejantes no país.

No capítulo 2 trata do trabalho escravo contemporâneo, apresentando as nuances e características do trabalho escravo na zona rural e urbana, a partir de um estudo analítico do crime de redução análoga à de escravo contida no art. 149, do Código Penal Brasileiro, que conta com a contribuição de órgãos estatais comprometidos com a sua efetividade.

Já no capítulo 3, apresentamos o dano moral coletivo decorrente do trabalho escravo, como resposta da Justiça do Trabalho aos casos concretos que chegam ao Poder Judiciário.

## 1 BREVE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO

A civilização greco-romana representou o divisor de águas na evolução da escravidão ao reconhecê-la e consolidá-la, de fato e de direito, como instituto jurídico consectário do direito de propriedade, com a sujeição completa de um indivíduo a seu proprietário. O escravo não era sujeito de direitos, mas sim coisa (*res*), propriedade de alguém que exercia sobre ele todos os direitos inerentes ao direito de propriedade (aquisição, transmissão), permitindo-lhe extrair dele inclusive a força de trabalho<sup>1</sup>.

Após a importância inexpressiva que teve na Idade Média, os europeus, em especial portugueses e espanhóis, readaptaram a escravidão durante o processo de expansão marítima e colonização além-mar, herança que chegou a suas ex-colônias sob a forma de trabalho análogo à escravidão. No cotejo das formas como a escravidão foi apresentada nos diversos tempos históricos, constata-se que, independente de tempo ou lugar, ela sempre foi legitimada pela sujeição do mais forte sobre o mais fraco<sup>2</sup>.

Compreender o passado da escravidão é fundamental para compreendermos as suas formas contemporâneas, razão pela qual o presente estudo perpassa pela análise histórica, desde sua origem até os dias atuais, a partir de critério cronológico fundamentado na historiografia.

A concepção humanista contemporânea repudia essa prática, considerando-a uma chaga aberta que assola sociedades humanas desde os primórdios da história, sob várias formas<sup>3</sup>.

### 1.1 Idade Antiga: Grécia e Roma

Foi na Grécia e Roma antigas, entre os séculos V e VI a.C. e II a.C. e II d.C., que a escravidão se tornou generalizada, como modo de produção dominante na economia local,

<sup>1</sup> PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11.

<sup>2</sup> GONZALES, Everaldo T. Quicili; ANDRADE, Maurício de. Direitos humanos e a questão do trabalho escravo no Brasil. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (coord.). **Dano moral e direitos fundamentais: uma abordagem multidisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 349-360.

<sup>3</sup> ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: abordagem sociojurídica. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 69, n. 2, 2003. p. 139-153.

deixando de ser auxiliar para se tornar absoluta<sup>4</sup>, bem como juridicamente admitida. Por essa razão,

“a civilização da Antiguidade clássica representou [...] a supremacia anômala da cidade sobre o campo numa economia esmagadoramente rural: uma antítese do mundo feudal primitivo que lhe sucedeu. A condição para a possibilidade desta grandiosidade metropolitana na ausência de uma indústria municipal era a existência do trabalho escravo no campo: somente ela poderia liberar uma classe de proprietários de terra tão radicalmente de suas raízes rurais de maneira a poder ser transmutada em uma cidadania essencialmente urbana que ainda assim continuava tirando suas riquezas do solo”<sup>5</sup>.

A Grécia antiga, durante a maior parte de sua história, foi organizada em comunidades de famílias patriarcais (*gens* ou *genos*)<sup>6</sup>, que viviam isoladas, porém sustentadas sobre um estado organizado e auto-suficiente, com religião, propriedade e lideranças próprias, onde seus membros tinham todas as necessidades materiais e morais atendidas<sup>7</sup>.

Nas comunidades, pobres e ricos necessitavam uns dos outros, mas o trabalho livre e voluntário não coadunava com aquela organização social. A família patriarcal, então, admitia a incorporação de servos em seu seio por meio de culto doméstico, após o qual ele adquiria o direito à oração, e, em contrapartida, perdia o direito à liberdade<sup>8</sup>.

Com o crescimento populacional a família patriarcal se desintegrou, o que resultou na divisão das famílias e das propriedades, quando alguns grupos se sobressaíram sobre outros, dando origem à desigualdade advinda da concentração de propriedades, que alterou a estrutura política, permitindo o surgimento da aristocracia e o uso da escravidão de forma preponderante em todos os setores da sociedade<sup>9</sup>.

“Na Grécia clássica, os escravos foram, assim, empregados pela primeira vez na manufatura, na indústria e na agricultura, além da escala doméstica. Ao mesmo tempo, enquanto o uso da escravidão se tornava generalizado, sua natureza, de maneira correspondente, se tornava absoluta: ela já não era mais uma forma de servidão relativa entre muitas, no decorrer de uma continuidade gradual, e sim uma condição polarizada da perda completa da liberdade, juxtaposta a uma nova liberdade sem impedimentos”<sup>10</sup>.

Em Atenas, os *eupátridas*, aristocracia formada por grandes proprietários rurais, faziam empréstimos aos *georgoi*, pequenos proprietários rurais, quando a economia não

<sup>4</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 22.

<sup>5</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 23-24.

<sup>6</sup> NETO, Vito Palo. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2008. p. 18.

<sup>7</sup> COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Martin Claret, 2009. p. 49.

<sup>8</sup> COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Martin Claret. 2009. p. 49.

<sup>9</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 30-31.

<sup>10</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 23.

estava boa. A terra ou o corpo do devedor eram as garantias da dívida possíveis. Quando a terra era garantida, a insolvência permitia que o credor se apropriasse dela e transformasse o devedor em rendeiro. Ao contrário, quando o corpo era garantido, o credor podia escravizá-lo<sup>11</sup>.

Assim, a escravidão por dívidas foi se tornando prática comum, especialmente a partir do século VII a.C., durante o qual ela aumentou de forma considerável entre os atenienses, pois com o desenvolvimento do comércio houve um crescimento na importação de cereais, mercadoria que competia com a produção dos pequenos lavradores rurais gregos, os quais passaram a contrair empréstimos de modo constante<sup>12</sup>.

No entanto, no século VI a.C., a unidade do povo grego estava comprometida pelas lutas sociais entre pobres e ricos que eclodiram na região e o legislador Sólon foi designado e investido no poder para intermedia-los<sup>13</sup>. A partir do decreto *seisachtheia* (em grego, perdão de dívidas), ele determinou a proibição da servidão por dívida<sup>14</sup>.

“Sua medida decisiva foi abolir os pagamentos de dívidas sobre a terra, mecanismo típico pelo qual os pequenos proprietários se tornavam presa de grandes latifundiários e se tornavam seus rendeiros dependentes, ou os rendeiros se tornavam cativos dos proprietários aristocráticos”<sup>15</sup>.

Com isso, diminuíram a quantidade de propriedades aristocratas e aumentou, de forma estável, as propriedades pequenas e médias, passando estas a caracterizar o campo na região. A medida resolveu a crise social, mas desestabilizou o crescimento econômico da Grécia<sup>16</sup>.

Insatisfeitos, os aristocratas clamavam por uma inovação avançada para o advento da civilização grega, que foi levada a cabo com a inserção de escravos como bem móvel de forma maciça. O século V foi o apogeu da polis clássica. As cidades-estados continham volumosas quantidades de escravos, que com frequência ultrapassavam os trabalhadores livres, aduzindo Perry Anderson que “foi o estabelecimento desta economia de escravos na mineração, na agricultura e na manufatura que permitiu o súbito florescimento da civilização urbana grega”<sup>17</sup>.

<sup>11</sup> BELISARIO, Luiz Guilherme. **A redução de trabalhadores rurais à condição análoga à de escravos: um problema de direito penal trabalhista**. São Paulo: LTr, 2005. p. 85.

<sup>12</sup> BELISARIO, Luiz Guilherme. **A redução de trabalhadores rurais à condição análoga à de escravos: um problema de direito penal trabalhista**. São Paulo: LTr, 2005. p. 86.

<sup>13</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 31-32.

<sup>14</sup> BELISARIO, Luiz Guilherme. **A redução de trabalhadores rurais à condição análoga à de escravos: um problema de direito penal trabalhista**. São Paulo: LTr, 2005. p. 86.

<sup>15</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 32 e p. 35.

<sup>16</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 32.

<sup>17</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 35-36.

De forma paulatina, a escravidão se tornou meio de enriquecimento das elites sociais, aumento do exército ou garantia da prestação dos serviços públicos, o que tornou a quantidade de escravos uma política vigente durante os impérios<sup>18</sup>.

Constata-se que na Grécia foram desenvolvidas as primeiras formas de escravidão por dívida (servidão por dívida), exercendo a escravidão papel fundamental ao seu desenvolvimento, primeiro por meio dos prisioneiros de guerra e depois das dívidas<sup>19</sup>.

Esse aspecto da escravidão por dívida que vicejou durante séculos na sociedade grega, de forma especial, em Atenas, é o que a permite comparar às formas de escravidão contemporâneas. O que as distingue das antigas é a licitude da prática, bem como a coação física e moral.

Porém, na Grécia, a concentração de terras com utilização de mão-de-obra escrava, embora abundante, era restrita a pequenas áreas, mesmo em se tratando de grandes propriedades rurais, pois a sociedade grega, com uma população diminuta, sempre se conservou costeira e insular, o que não permitia a expansão em grandes áreas<sup>20</sup>.

Em Roma, ao contrário, os patrícios detinham o domínio social e econômico da cidade-estado, o que lhe permitiu explorar a prática do latifúndio escravo extensivo em larga escala. Os romanos capturavam escravos nas guerras, que proporcionavam mais cativos distribuídos entre as propriedades. Esse processo deu a Roma o poder sobre o mediterrâneo<sup>21</sup>.

“Nada semelhante havia sido visto antes no Mundo Antigo. Todo o potencial do modo de produção escravo foi revelado pela primeira vez por Roma, que o organizou e o levou a uma conclusão lógica que a Grécia jamais experimentara. O militarismo predatório da República Romana era sua principal alavanca de acumulação econômica. A guerra trazia terras, tributos e escravos; os escravos, os tributos e as terras forneciam o aparato para a guerra”<sup>22</sup>.

Nenhum povo que antecedeu aos romanos conheceu a propriedade particular, antes concebida de modo relativo e vinculada a direitos e obrigações advindas de autoridades superiores<sup>23</sup>.

A partir de 300 a.C., no entanto, o crescimento econômico de Roma refletiu na criação de uma lei para a regulamentação de relações comerciais entre cidadãos, que sistematizou

<sup>18</sup> VIANA, Márcio Túlio. Trabalho escravo e “lista suja”: um modo original de se remover uma mancha. **Revista LTr: legislação do Trabalho**, São Paulo, v.71, n. 8, p. 925-938, ago. 2007.

<sup>19</sup> SANTOS, Ronaldo Lima. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, ano XIII, n. 26, p. 47-66, set. de 2003.

<sup>20</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 57-58.

<sup>21</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 58.

<sup>22</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 60.

<sup>23</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 63-64.

num corpo organizado de leis e jurisprudências, dentre outros, o conceito propriedade absoluta, distinguindo-o de posse, o que representou a consumação normativa da economia escrava extensiva em Roma, destinado a sobreviver mundo afora<sup>24</sup>.

Na organização social, os romanos não enquadravam os escravos em nenhuma classe, não os considerando cidadãos romanos, pois para o direito eles não eram pessoas, mas sim coisas (*res*), o que significava dizer que a sociedade romana não lhes atribuía quaisquer direitos, pois eram destituídos da condição de sujeito, sendo considerados simplesmente objetos de direito, podendo seu proprietário dele dispor livremente<sup>25,26,27</sup>.

Ainda, as regras de propriedade estabeleciam o princípio do *partus sequitur ventrem*, segundo o qual a transmissão da condição de coisa (*res*) advém da linha reta materna, o que inspiraria mais tarde regime escravocrata a perpetuar a essa forma de trabalho<sup>28</sup>.

A organização social romana se distanciou daquela vivida na Grécia, tendo em vista a concentração de terras realizada pelos patrícios, o que reduziu os camponeses livres e mais pobres, de forma drástica, à escravidão por dívidas, que era uma espécie de servidão que só foi abolida em 326 a.C. Nesse período, durante a República, foi dado o passo inicial na união entre latifúndio e escravidão<sup>29</sup>.

Nos anos seguintes, a crescente demanda das propriedades rurais emergentes era abastecida pela expansão territorial levada a cabo sobre o mundo mediterrâneo, no qual se renovava a força de trabalho na forma de mão-de-obra escrava em abundância. A captura de escravos cresceu tanto que, no final da República, a lavoura, o comércio e a indústria utilizaram intensamente o trabalho em regime de escravidão, passando eles a responderem por 90% do artesanato romano<sup>30</sup>.

Os romanos alçaram a escravidão à condição de instituto jurídico, passando a utiliza-lo nas zonas rurais e urbanas, constituindo um dos pilares da civilização greco-romana, tanto para seu crescimento quanto para o seu declínio<sup>31</sup>.

<sup>24</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 64.

<sup>25</sup> SIMÓN, Sandra Lia; MELO, Luis Antônio Camargo de. Direitos humanos fundamentais e trabalho escravo no Brasil. In: SILVA, Alessandro da et. al. (org.). **Direitos Humanos: essência do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p. 106-114.

<sup>26</sup> SANTOS, Ronaldo Lima. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, ano XIII, n. 26, p. 47-66, set. de 2003.

<sup>27</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 4.

<sup>28</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 47.

<sup>29</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 57-59.

<sup>30</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 58.

<sup>31</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 21.

Com a queda de Roma, os aldeãos originários de pequenas propriedades, bem como os reideiros livres, ficaram expostos ao poderio dos grandes proprietários remanescentes da civilização romana, ocupando posições similares às ocupadas pelos escravos e resultando na formação dos colonos, ou seja, o reideiro camponês dependente, atrelado à propriedade do senhor feudal<sup>32</sup>.

## 1.2 Idade Média

O fato antecedente ao modo de produção feudal foi o modo de produção escravo em decomposição, sobre cujos fundamentos todo o enorme edifício do Império Romano fora construído outrora, e os primitivos modos de produção distendidos e deformados dos invasores germânicos, que sobreviveram em suas novas pátrias, depois das conquistas bárbaras<sup>33</sup>.

Na Idade Média, a escravidão não serviu como modo de produção, tendo apenas resquícios de trabalho escravo com abrangência delimitada no universo da atuação sócio-econômica<sup>34</sup>.

“Quando se atinge o século XI, a escravidão, que constituía a base da produção agrícola no Império Romano, cessou de existir, de modo que, entre o fim da Antiguidade tardia e o fim da Alta Idade Média, ocorre inegavelmente o desaparecimento da escravidão produtiva (por outro lado, a escravidão doméstica, que não tem nenhum papel na produção agrícola, continua a existir, notadamente nas cidades da Europa mediterrânea, até o fim da Idade Média, e mesmo depois)”<sup>35</sup>.

Portanto, a escravidão na Idade Média foi irrelevante se comparado à Idade Antiga, sobretudo nas civilizações greco-romanas. De forma paulatina, a escravidão desapareceu e deu lugar à servidão. Não obstante destinarem aos indivíduos condições jurídicas distintas, caracterizava-se da mesma subjugação de outros indivíduos com o único propósito de explorar sua força de trabalho.

<sup>32</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 18.

<sup>33</sup> ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 19.

<sup>34</sup> SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008. p. 93.

<sup>35</sup> BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006. p. 49.

### 1.3 Idade Moderna

O mercado mundial e o colonialismo intensificaram a acumulação de capital, fato que impôs a aceleração do modo de produção capitalista<sup>36</sup>, com significados históricos e sociais que reverberam até hoje<sup>37</sup>.

A partir daí foi dado início a um novo ciclo da escravidão que vitimou milhões de índios e negros africanos e que durou cerca de 350 anos, tendo o tráfico negreiro alcançado grande dimensão após a instalação dos entrepostos portugueses na África Ocidental no século XV, alcançando exclusivamente a população negra e inserindo os colonizadores na monocultura, sob o capitalismo<sup>38</sup>.

A escravidão foi o sistema mais longo de toda a história humana, sendo adotado, até então, como decorrência de dívida ou guerra. De modo contrário, nas colônias o objetivo era nitidamente empresarial<sup>39,40</sup>.

Desse modo, a escravidão, adormecida na Idade Média, adquiriu nuances inovadoras durante o período da expansão marítima e das colônias, adquirindo força política e jurídica, na esteira do pensamento capitalista e mercantilista vicejante, que pregava a redução de custos e maximização de lucros dos empreendimentos, em sua potencialidade máxima.

#### 1.3.1 *Brasil colonial*

Os portugueses, ante o fracasso das Índias e o atrevimento de povos europeus para abocanhar um pedaço do território descoberto, somente se interessaram pela colonização apenas a partir de 1530, quando implementaram políticas de povoamento que objetivaram colonizar as terras incorporadas ao território lusitano<sup>41</sup>.

<sup>36</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 101.

<sup>37</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 54

<sup>38</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 171.

<sup>39</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 171-172.

<sup>40</sup> PALO NETO, Vito. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2008. p. 32.

<sup>41</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 118.



Por cerca de um século, europeus e índios permaneceram sozinhos no território brasileiro. Os portugueses, em razão de seu contingente reduzido, estabeleceram, desde logo, relações econômicas com os índios a fim de estes os ajudassem<sup>42</sup>.

No entanto, a Colônia não conseguiu introduzir o regime de escravidão entre os ameríndios de forma efetiva. O que eles fizeram foi habituá-los ao tráfico de escravos, fazendo com que os prisioneiros de guerra se tornassem escravos, antes de serem devorados no canibalismo, os quais eram trocados por bugigangas trazidas da Europa<sup>43</sup>.

Essa prática, conhecida como escambo, que antes ocorria de forma residual, passou a adquirir regularidade, fazendo com que os europeus estabelecessem alianças com as tribos indígenas, as quais viram na captura de prisioneiros um meio de troca e lucro com os portugueses. Os escravizados eram usados principalmente no corte de pau-brasil e em pequenas lavouras<sup>44</sup>.

Com o escambo, os portugueses iniciaram, de modo esporádico e incipiente, a escravidão indígena,<sup>45</sup> ao comprar escravos, cativos de guerra, entre os próprios índios, de seus aliados indígenas<sup>46</sup>.

O escambo foi eficaz enquanto se tratou da exploração de pau-brasil, mas foi violentamente substituída para o trabalho escravo quando os portugueses se voltaram para a produção de cana-de-açúcar<sup>47</sup>.

No século XV, os portugueses já se dedicavam à produção de açúcar, extraído a partir da cana-de-açúcar em ilhas mediterrâneas e africanas (Açores), por meio do sistema de plantação (plantation), baseado na monocultura. Entretanto, o açúcar possuía demanda de consumo ainda restrito, porém crescente<sup>48</sup>.

Num momento posterior, no século XVI, o mercado do açúcar estava em formação na Europa e, para os portugueses, a produção de bens de exportação com trabalho livre mostrara-se inviável, o que tornou necessário o trabalho escravo, ou seja, o trabalho compulsório ou forçado na sua forma mais extrema<sup>49</sup>.

<sup>42</sup> MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliana, 1980. p. 3.

<sup>43</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 488.

<sup>44</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p.490.

<sup>45</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 490.

<sup>46</sup> MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliana, 1980. p. 8.

<sup>47</sup> GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 23.

<sup>48</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 492

<sup>49</sup> GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: SENAC,

Nesse diapasão, “a escravidão, que se implantou no Brasil, como em outras regiões do continente americano, assumiu o tipo de escravismo colonial. Era um sistema produtivo que gerava, no fundamental, bens para exportação”<sup>50</sup>.

Quando os portugueses se interessaram pela colonização sistemática, a partir de 1530, a Coroa legalizou o processo de escravização indígena mediante as Cartas de Doação das capitanias hereditárias<sup>51</sup>. Nesse momento, os colonizadores ficaram mais fortes e destemidos o suficiente para empreender guerras contra povos indígenas e escraviza-los<sup>52</sup>.

Assim, a partir de 1530, quando Portugal decidiu colonizar de uma vez por todas o Brasil, buscando povoá-lo e explorá-lo como meio de subsistência permanente, os europeus expulsaram os indígenas das terras por eles ocupadas, reduzindo-os à condição de escravos. Esse fato gerou guerras incessantes e extermínio indiscriminado de índios, apesar do esforço dos jesuítas no sentido de incentivar a aplicação de normas de convivência com os ameríndios<sup>53</sup>.

A partir desse momento, os portugueses se estabeleceram no Brasil construindo casas de engenho e trazendo ao novo país toda sorte de pessoas, como degredados e prisioneiros de guerra. Com base da experiência adquirida durante a produção de açúcar nas ilhas canárias (Madeira e São Tomé), os europeus intensificaram suas atividades econômicas, acelerando o crescimento da economia com a produção açucareira, iniciando-se de fato a colonização e o abastecimento do mercado consumidor externo<sup>54</sup>.

A escravidão indígena foi obstaculizada pela intervenção de ordens religiosas e susceptibilidade dos índios na contração de doenças como gripe, tuberculose, varíola, doenças venéreas e outras, o que gerava grandes epidemias. Com tantos obstáculos à adoção da escravidão indígena, os portugueses interessam-se pela adoção de escravos africanos, acabando por incentivar a sua introdução no Brasil<sup>55</sup>.

Não obstante a dimensão territorial do Brasil, a população era reduzida e, por isso, os portugueses careciam de mão-de-obra. Além disso, os europeus não aceitavam se submeter à

2000. p. 24.

<sup>50</sup> GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 23. (grifo nosso)

<sup>51</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 490

<sup>52</sup> MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 8.

<sup>53</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 119-120.

<sup>54</sup> SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária**. São Paulo: LTr, 2008. p. 96.

<sup>55</sup> GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: SENAC, 2000. P. 26-27.

prestação de trabalho manual nos engenhos de açúcar, o que tornou necessária a utilização de mão-de-obra escrava<sup>56</sup>.

A exploração de escravos negros africanos ocorreu em atividade que exigiam especialidade. Embora trabalho escravo do negro fosse mais cara que a do indígena, o tráfico negreiro exerceu função primordial no desenvolvimento da indústria do açúcar<sup>57</sup>.

A razão principal para a preferência em se valer do negro estava relacionada aos interesses comerciais que o circundavam, haja vista o interesse tanto dos traficantes negreiros quanto da própria Coroa portuguesa, pois constituía-se em fonte de receita tributária para a mesma. Dessa forma, o governo e os próprios jesuítas apoiavam o uso de mão-de-obra negra ao invés da indígena, os quais impunham restrições à utilização deste<sup>58</sup>.

Não obstante a prática da exploração de negros africanos não tenha sido iniciada pelos europeus portugueses, com certeza estes deram-lhe um impulso jamais visto em toda a história da humanidade<sup>59</sup>.

Enfatize-se que a escravidão negreira era aceita pela Igreja Católica, a qual estabeleceu desde logo em suas bases iniciais compromissos entre a escravidão e o cristianismo, pois segundo ela, na tradição ocidental era visível os argumentos justificadores da escravidão dos negros africanos. Nessa esteira, os jesuítas recomendaram o uso de mão-de-obra escrava, bem como os exploraram em suas colheitas, criação bovina, adquirindo lucro com a prática do tráfico<sup>60</sup>.

Desse modo, pode-se afirmar que a exploração laborativa do homem escravizado, de modo especial, dos negros, tornou possível o crescimento de inúmeros setores econômicos no Novo Mundo, atravessando principalmente desde o sistema de plantagens, que por tantos anos vicejou na América portuguesa, aliando escravidão e latifúndio.

---

<sup>56</sup>MONTENEGRO, Antônio Torres. **Reinventando a liberdade**: a abolição da escravatura no Brasil. 11. ed. São Paulo: Atual, 1997. p. 4.

<sup>57</sup>SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo**: a abolição necessária. São Paulo: LTr, 2008. p. 97.

<sup>58</sup>PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 11. ed.. São Paulo: Contexto, 1992, (Col. Repensando a história). p. 19.

<sup>59</sup>COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2001. p. 172.

<sup>60</sup>GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 128.

### 1.3.2 *Brasil imperial: abolição da escravatura*

Na esteira do liberalismo, que negava o antigo regime fundado no poder divino dos monarcas e afirmava o direito natural do homem, como o direito de propriedade, liberdade e igualdade formal, o abolicionismo ressoou no Brasil a partir de meados do século XIX<sup>61</sup>.

Quando da Independência do Brasil, em 1822, a classe dominante ainda dependia da escravidão e, por isso, não valorizaram os argumentos de denunciantes afins às ideias liberais de que a escravidão não se coadunava com o cristianismo e o liberalismo, condenando-a moral, religiosa e economicamente. O liberalismo estava expresso na Constituição Federal de 1824, que, ao contrário, não reconheceu direitos aos escravos, quanto mais sua existência<sup>62</sup>.

Em 1826, os ingleses impuseram aos brasileiros, em decorrência de dívidas passadas, uma cláusula na qual estes se comprometeram a decretar a abolição do tráfico negreiro no prazo de três anos a partir da ratificação. Em cumprimento à promessa, o Brasil aprovou a Lei de 7 de novembro de 1831, na qual os negros africanos foram considerados livres dali em diante. No entanto, o seu efeito foi meramente formal, porque na prática entre 1831 a 1850 a introdução de escravos aumentou, haja vista a expansão da agricultura em consequência da demanda no mercado internacional<sup>63</sup>.

Em contrapartida, o Parlamento inglês aprovou, em 1845, ato no qual declarou lícito a apreensão de quaisquer embarcações utilizadas para tráfico de escravos, o que surtiu efeitos entre legisladores, que reabriram a pauta sobre o tráfico<sup>64</sup>.

Diante das pressões diplomáticas, em 1850, os legisladores aprovaram a Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, Lei Eusébio de Queiroz, na qual estabeleceram medidas para a repressão do tráfico de escravos no Império consistentes na punição por importação de escravos em território nacional como ato de pirataria, mediante a venda das embarcações com a carga e a deportação dos escravos para os portos de origem ou outro qualquer, desde que fora do Império. Os resultados dessa lei foram melhores do que a de 1831, pois o contrabando de escravos diminuiu de forma considerável, cessando por completo<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 14.

<sup>62</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 16-19

<sup>63</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 25-26.

<sup>64</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 28

<sup>65</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 29-31.

No mesmo mês, o legislador imperial aprovou a Lei n. 601, de 18.9.1850 (Lei das Terras), que dispôs sobre as terras devolutas e das sesmarias possuídas sem preenchimento das condições legais, e determinou a sua cessão por título oneroso para particulares<sup>66</sup>.

“O escravismo colonial se conjugou intimamente ao predomínio do latifúndio. O que, na trajetória da colonização portuguesa, decorreu da própria escravidão, organizada em torno do eixo da plantagem produtora de bens de exportação, bem como do processo de legalização da propriedade da terra por meio da instituição das sesmarias. As doações de áreas públicas feitas através destas foram suspensas em 1822 e definitivamente extintas pela Lei das Terras de 1850, quando passaram a ser consideradas legais somente as aquisições de áreas públicas mediante compra”<sup>67</sup>.

Nessa época, o fim do tráfico associado à expansão exponencial da cafeicultura ensejou a procura de mão-de-obra alternativa, encontrada entre os imigrantes que viajavam financiados por fazendeiros, que ficavam obrigados ao pagamento da dívida e juros por meio do trabalho<sup>68</sup>.

“Os colonos – em sua maioria suíços e alemães, que haviam emigrado cheios de sonho, atraídos pelas promessas que os agentes de emigração lhes haviam feito – rebelaram-se contra a dura realidade que encontraram nas fazendas. Queixavam-se de que eram tratados como **escravos**, forçados a comprar **mantimentos no armazém da fazenda** onde tudo era mais **caro**, que não recebiam o que lhes era devido [...]”<sup>69</sup>. (grifo nosso)

Também aumentou o tráfico interno, entre províncias, no qual os traficantes deslocavam escravos das cidades para o campo e das áreas menos produtivas para as mais produtivas<sup>70</sup>.

Nesse ínterim, a pressão abolicionista criou um espírito cada vez mais progressista e reformista na sociedade, diante dos apelos advindos do exterior, como a Junta Francesa de Emancipação (1866), que enviou ao imperador mensagem em prol da abolição, e mais ainda, do impacto que a Guerra de Secessão nos Estados, que impôs o fim da escravidão no sul do país, quando Brasil e Espanha (Porto Rico e Cuba) restaram como os únicos países a manter a escravidão<sup>71</sup>.

Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, na qual declararam a condição livre dos filhos nascidos de mulher escrava, os quais ao completarem oito anos de idade podiam ser

<sup>66</sup> BRASIL. **Lei n. 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

<sup>67</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 71.

<sup>68</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 71.

<sup>69</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 72.

<sup>70</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 33-36.

<sup>71</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 36.

<sup>71</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 42-43.

libertados ou ser escravizados até os vinte e um anos pelo senhor<sup>72</sup>, inaugurando a década de 1870 num contexto apreensivo para os proprietários de escravos e entusiástico para os abolicionistas. Até então, o costume vigente determinava que o filho de mãe escrava pertencia ao senhor<sup>73</sup>. No entanto, os abolicionistas denunciaram que a lei não tinha eficácia, diante das fraudes constatadas no registro de nascimento dos filhos de mães de escravas, propondo medidas mais drásticas a fim de pôr termo à escravidão de uma vez por todas<sup>74</sup>. Mesmo sendo ineficaz, com o declínio anual da população escrava, a mecanização e a ascensão do trabalho livre, a lei demonstrou que a escravidão estava fadada a desaparecer como forma de trabalho<sup>75</sup>.

No ano de 1885, os legisladores aprovaram a Lei n. 3.270, Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, na qual emanciparam os escravos maiores de sessenta anos de idade, em sua maioria com força de trabalho de pouco valor e contavam com o apoio popular, das classes médias, alguns das classe alta, inclusive a Princesa Izabel e o Imperador Dom Pedro II<sup>76</sup>. O ápice desse processo foi o abandono das fazendas pelos escravos, o que desorganizou o trabalho o tornou a situação insustentável (rebelião das senzalas)<sup>77</sup>.

A partir de 1886, milhões de estrangeiros imigrariam para o Brasil a fim de “fazer a América”, principalmente após a expansão vertiginosa da agricultura do café, que coincidiu com a campanha abolicionista<sup>78</sup>.

“Uma vez contratados, os imigrantes seguiam para os cafezais do Oeste Paulista – um suposto ‘Eldorado’. A decepção era imediata: cada família era forçada a cuidar de cerca de sete mil pés de café (anteriormente, a um escravo era ‘confiados’ seis mil pés, em jornadas diárias de 14 horas) mais cinco ou seis ‘carpas’ (como se chamava a limpeza da lavoura para eliminar as ervas daninhas) por ano. Além disso, alojados em erras distantes, os imigrantes tinham de comprar seus víveres na venda do dono da fazenda, a preços extorsivos. Acabavam devendo mais do que recebiam. Certos fazendeiros os chamavam de ‘escravos brancos’, pois se o trabalho era assalariado, a mentalidade dos fazendeiros continuava escravocrata”<sup>79</sup>.

Em 1888, o legislador imperial aprovou a Lei nº 3.353, 13.5.1888, que declarou extinta a escravidão no Brasil, após mais de trezentos anos de exploração, sendo o último país

<sup>72</sup> BRASIL. **Lei n. 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm)>. Acesso em 15 fev. 2014.

<sup>73</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 49-52.

<sup>74</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 59

<sup>75</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 65-68.

<sup>76</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 90.

<sup>77</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 91.

<sup>78</sup> BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003. p. 54.

<sup>79</sup> BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003. p. 55.

do mundo a fazê-lo. Ao abolir o instituto da escravidão do ordenamento jurídico pátrio, a Lei Áurea decretou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre outra<sup>80</sup>.

A abolição foi a primeira medida rumo à emancipação do povo brasileiro, pois o arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos criados pela sociedade colonial persistem até hoje entre nós<sup>81</sup>.

Por 300 anos, entre os séculos XVI e XVIII, a classe dominante, praticou e aceitou a escravidão sem questionar a sua legitimidade, tal como o Estado e a Igreja, sob o fundamento religioso de que era a “vontade de Deus”, não cabendo ao homem modificar a ordem social<sup>82</sup>.

Ante o exposto, constata-se que embora o Estado tenha conferido aos escravos libertos igualdade jurídica (formal), perante a lei, não lhes proporcionou, na mesma proporção, a igualdade material<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. 8. ed., São Paulo: Ática, 2008. p. 95.

<sup>81</sup> COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.96

<sup>82</sup> COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. 8. ed., São Paulo: Ática, 2008. p. 13.

<sup>83</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 53.

## 2 TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

A Lei Áurea garantiu a igualdade formal, mas “aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos”<sup>84</sup> e “o novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado”<sup>85</sup>, pressupostos do quais se depreende as causas históricas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas do trabalho escravo contemporâneo, com a observância de que a mera igualdade formal não garantiu a igualdade material<sup>86</sup>.

Após 126 anos da abolição formal da escravatura, embora inexista a condição jurídica de escravo, ainda há trabalhadores, no campo e na cidade, laborando em condições análogas a escravo, o que é constatado a partir do número crescente de circunstâncias, pelo menos, nas últimas décadas, em que crianças e adultos, homens e mulheres, são resgatados em circunstâncias de cerceamento de liberdade e coerção física e moral<sup>87</sup>.

O trabalho humano, antes impulsionado pelo emprego de coação física e moral, evoluiu para o trabalho livre consubstanciado em relação jurídica denominada relação de emprego, na qual figuram empregado e empregador com direitos e obrigações recíprocas<sup>88</sup>. Tanto é assim que, para Maurício Godinho Delgado, a Lei Áurea,

“de fato, constituiu diploma que tanto eliminou da ordem sociojurídica relação de produção incompatível com o ramo justabalhista (a escravidão), como, em consequência, estimulou a incorporação pela prática social da fórmula então revolucionária de utilização da força de trabalho: a relação de emprego”<sup>89</sup>.

Hoje, não obstante não subsista a possibilidade jurídica de que se exerça o direito de propriedade de uma pessoa sobre outra, o que acaba com a possibilidade lícita de se possuir um escravo, persistem situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões, sujeito a trabalho forçado.

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

<sup>85</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

<sup>86</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 54.

<sup>87</sup> ABRAMO, Laís. In: RIPPER, João Roberto; CARVALHO, Sérgio. **Retrato escravo**. Brasília: OIT, 2010. p. 9.

<sup>88</sup> LIRA, Ronaldo. A violação dos direitos fundamentais nos contratos de trabalho. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique. **Estudos aprofundados MPT: Ministério Público do Trabalho**. 2. ed., São Paulo: Juspodium, 2013, p. 295-306.

<sup>89</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr. p. 106.



## 2.1 Trabalho escravo: questão terminológica

São várias as denominações atribuídas a essa relação antijurídica. A expressão ‘trabalho forçado’ é empregada pela OIT desde a Convenção da Escravatura (1926), a qual, no ordenamento jurídico brasileiro, é subentendida a partir da definição penalista contida no art. 149, do Código Penal sob *nomen juris* ‘redução à condição análoga à de escravo’, denominação que exprime o gênero dessa prática. Fala-se, assim, em trabalho análogo à escravo<sup>90</sup>.

Nada obsta, entretanto, a utilização de denominação distinta como “trabalho escravo”, que representa apenas uma redução da expressão ampliada e utilizada pela lei. Isso é importante ressaltar porque sendo a escravidão inadmitida no ordenamento jurídico vigente, não é concebível que uma pessoa se torne escrava, mesmo quando decorrente de ato ilícito de outrem. Nessas circunstâncias, a pessoa subjugada estará, no máximo, em condição análoga à de escravo<sup>91</sup>.

No entanto, diante da força de sua conotação, não utilizá-la é quase impossível, pois ela se coaduna com a gravidade da prática ilícita perpetrada dura o Brasil Colônia, embora devamos atentar para o seu sentido efetivo<sup>92</sup>.

## 2.2 Tutela jurídica no âmbito do direito interno e internacional

Independente da denominação, a definição jurídica de trabalho escravo é primordial para a eficácia da aplicação da lei<sup>93</sup>.

Assim, desde o século XX, Estados e organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho e Organização dos Estados

<sup>90</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: PASTOUS NOCCHI, Andrea Saint. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 121-133.

<sup>91</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: PASTOUS NOCCHI, Andrea Saint. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 121-133.

<sup>92</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: PASTOUS NOCCHI, Andrea Saint. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 121-133.

<sup>93</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010. p. 15.

Americanos) têm envidado esforços para adotar medidas eficazes que contenham essa prática que assola sociedades do mundo inteiro até hoje<sup>94</sup>.

Percebe-se, portanto, o combate e erradicação do trabalho escravo são respaldados tanto no âmbito do direito interno quanto do direito internacional, sendo princípio reconhecido por boa parte da comunidade internacional. Dessa forma, para compreendermos a definição jurídica contemporânea de trabalho escravo no Brasil é necessário um breve esboço histórico, o que faremos a partir de critério cronológico de aprovação das normas jurídicas, sem dividir em tópicos distintos normas jurídicas de direito internos e de direito internacional.

Nos anos seguintes à abolição da escravatura no Brasil, o legislador ordinário pouco ou nada produziu em termos de proteção aos direitos trabalhistas, sendo muito mais pautada na proteção dos tomadores de serviços. Isso esclarece que, não obstante o trabalho livre, o aos trabalhadores era imposto consideráveis restrições contratuais e disciplina, reduzindo-os à servidão<sup>95</sup>.

Nas primeiras três décadas do século XX, mostrava-se persistente a prática do trabalho forçado ou obrigatório em face de índios, herança da colonização, ainda causava repúdio na comunidade internacional<sup>96</sup>.

Em 1940, o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), tipificou, embora de modo sucinto, a conduta de “reduzir alguém à condição análoga à escravo” (art. 149, CP)<sup>97</sup>.

Em 1943, o Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), conferiu proteção ampla aos trabalhadores urbanos sob a ótica da relação de emprego. Na CLT, empregado foi definido como “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário” (art. 2º), definição da qual se extraem os requisitos da relação de emprego: pessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade<sup>98</sup>. Os trabalhadores rurais, por sua vez,

<sup>94</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo:** o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 16.

<sup>95</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo:** o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 20.

<sup>96</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo:** a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008. p. 107.

<sup>97</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848** (Código Penal), de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>98</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452** (Consolidação das Leis do Trabalho), de 1º de maio de 1943. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2014.

vivenciaram fase de restrição de direitos, pois foram excluídos da aplicação dessa importante fonte formal heterônoma<sup>99</sup>.

Em 1948, o Brasil assinou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, aprovada pela ONU, na qual foi proclamado que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão” (art. IV, 1ª parte) e, na mesma linha de raciocínio, que “a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas” (art. IV, 2ª parte). Foi assegurado, ainda, que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho” (art. XXIII, item 1)<sup>100</sup>.

#### Segundo Flávia Piovesan, a Declaração Universal

“clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana. Isto porque todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo incondicionada, não dependendo de qualquer outro critério, senão ser humano. O valor da dignidade humana, incorporado pela Declaração Universal de 1948, constitui o norte e o lastro ético dos demais instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. Todos eles introjetam, no marco do positivismo internacional dos direitos humanos, a dignidade humana como um valor fundante”<sup>101</sup>.

Em 1957, o Decreto n. 41.721, de 1957 promulgou a Convenção n. 29 (sobre trabalho forçado ou obrigatório), de 1930, na qual a OIT definiu trabalho forçado ou obrigatório como “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade” (art. 2º)<sup>102</sup>.

Em 1963, vinte anos após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Congresso Nacional aprovou e o presidente da República sancionou a Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), conferindo direitos ao trabalhador rural, em igualdade aos dos urbanos. Contudo, a ausência de fiscalização e organização judiciária adequada tornaram a norma inaplicável<sup>103</sup>.

Em 1965, o Decreto n. 58.563, de 1º de junho de 1966, promulgou a Convenção sobre Escravidão, de 25 de setembro de 1926, que definiu escravidão como “o estado ou condição de indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de

<sup>99</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr. p. 380

<sup>100</sup> BRASIL. **Legislação de direito internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 379-382.

<sup>101</sup> PIOVESAN, Flávia. Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. In: GIOVANNETTI, Andrea. **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. p. 181-201.

<sup>102</sup> BRASIL. **Decreto n. 41.721**, de 25 de junho de 1957. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D41721.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>103</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 920-921.

propriedade” (art. 1º), emendada pela Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Pessoas e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, de 1956, ambas aprovadas pela Organização das Nações Unidas, que definiram escravidão como na qual os países signatários convieram em tomar

“todas as medidas, legislativas e de outra natureza, que sejam viáveis e necessárias, para obter progressivamente e logo que possível a abolição completa ou o abandono das instituições e práticas seguintes, onde quer ainda subsistam, enquadrem-se ou não na definição de escravidão que figura no artigo primeiro da Convenção sobre a escravidão assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926”.

Em 1966, o Decreto n. 58.822, de 14 de julho de 1966, promulgou a Convenção n. 105 (sobre a Abolição do Trabalho Forçado), aprovada pela OIT em 1957. Nela, o Brasil se comprometeu a suprimi-lo (art. 1º), bem como a “adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa” (art. 2º)<sup>104</sup>.

Enquanto que a Convenção n. 29 (1930) define o que é trabalho forçado, a Convenção n. 105 (1957) estabelece como ele deve ser eliminado<sup>105</sup>.

A partir da década de 1970, surgiram as primeiras denúncias dessa prática perante autoridades policiais, meios de comunicação de massa e sociedade civil organizada, o que tornou evidente a sua existência em território nacional. O Estado brasileiro, aliado à propriedade privada, não obstante saltasse aos olhos tal prática, relutou em reconhecê-lo<sup>106</sup>.

O bispo Dom Pedro Casaldáliga, por meio da carta pastoral “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, de 10 de outubro de 1971, tornou público a realidade dos trabalhadores rurais na Amazônia<sup>107</sup>:

“A partir da década de 70, a CPT assumiu uma postura pioneira e corajosa, denunciando a existência de trabalho escravo no Brasil, a nível interno e externo, em que foi marcante a atuação de Dom Pedro Casaldáliga na região do Araguaia e de outros sucessores que passaram a viver sob ameaça de morte”<sup>108</sup>.

<sup>104</sup> BRASIL. **Legislação internacional**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2010. p. 435-440.

<sup>105</sup> AZEVEDO, José Carlos Souza. Trabalho escravo: atuação do Ministério Público do Trabalho nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: LACERDA SABINO, João Filipe; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **Direitos fundamentais do trabalho na visão de procuradores do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2012. p. 37- 61.

<sup>106</sup> AZEVEDO, José Carlos Souza. Trabalho escravo: atuação do Ministério Público do Trabalho nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: LACERDA SABINO, João Filipe; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **Direitos fundamentais do trabalho na visão de procuradores do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2012.

<sup>107</sup> ABRAMO, Laís; MACHADO, Luiz. O combate ao trabalho forçado: um desafio global. NOCCHI, Andrea Saint Pastous et al. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 69.

<sup>108</sup> CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: s.n., 1971. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/uma-igreja-na-amazonia/umaigreja.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>109</sup> BRASIL. **Lei n. 5.889**, de 8 de junho de 1973. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm)

Em 1973, foi aprovada e sancionada a Lei n. 5.889, de 8/6/1973, na qual foi estatuído normas reguladoras do trabalho rural, com a definição de que “empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, prestar serviços de natureza não-eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (art. 2º)<sup>109</sup>.

A extensão de direitos trabalhistas abrangidos na CLT aos trabalhadores rurais representou uma evolução legislativa na proteção destes, porém esta não representou solução ao problema do trabalho degradante<sup>110</sup>.

Diante desse cenário, a OIT, a partir de 1988, insistiu ao Estado brasileiro na alteração do artigo 149, do Código Penal, a fim de contemplar os elementos do tipo na lei penal com clareza e objetividade<sup>111</sup>.

Em 1988, o legislador constituinte promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, inaugurando nova ordem jurídica na qual foram incorporados como princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa (art. 1º, II e IV, CF) e, ainda, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer” (art. 5º, XIII, CF), como direito fundamental<sup>112</sup>.

Ressalte-se que nela foi adotada o catálogo mais amplo de direitos sociais da história do constitucionalismo brasileiro, incluindo os direitos trabalhistas constitucionais em capítulo próprio intitulado “dos direitos sociais”, dentre os quais a “proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa”<sup>113</sup>.

Além disso, “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social” (art. 170, *caput*, CF).

Para Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Branco, a ordem constitucional está assentada no fundamento da dignidade da pessoa humana, a qual deve entendida no contexto de princípios constitucionais como o valor social do trabalho, em sociedade justa e solidária, em erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais, indicando que

<sup>109</sup> BRASIL. **Lei n. 5.889**, de 8 de junho de 1973. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm)

<sup>110</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 921.

<sup>111</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010. p. 35.

<sup>112</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

<sup>113</sup> BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 146.

os direitos sociais são centrais para a ideia de Estado democrático de Direito e, portanto, são considerados cláusulas pétreas<sup>114</sup>.

Em 1992, o presidente da República, por meio do Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992, promulgou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovado pela ONU em 19 de dezembro de 1966, e na qual o Estado brasileiro acordou e reconheceu “o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito” (art. 6º, 1ª parte), “o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis” (art. 7º), e se comprometeu a tomar “medidas apropriadas para salvaguardar esse direito” (art. 6º, 2ª parte)<sup>115</sup>.

No mesmo ano, foi promulgado o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, aprovado pela ONU em 1966, e na qual o Estado brasileiro acorda que “ninguém poderá ser submetido à escravidão”, que “a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos” (art. 8º, 1), que “ninguém poderá ser submetido à servidão” (art. 8º, 2) e que “ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios” (art. 8º, 3)<sup>116</sup>.

Também, foi promulgada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), aprovada pela OEA em 1969, na qual o Estado brasileiro convenceu que “ninguém poderá ser submetido à escravidão ou servidão” (art. 6º, 1)<sup>117</sup>.

Em 1994, a sociedade civil organizada, reunindo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a *Center for Justice and International Law* (CEJIL) e a *Human Rights Watch* denunciou o Brasil perante a OEA o “Caso José Pereira”<sup>118</sup>, paradigmático na luta contra o trabalho escravo, em decorrência de infringência às obrigações de proteção aos direitos humanos,

<sup>114</sup> BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 146.

<sup>115</sup> BRASIL. **Decreto n. 591**, de 6 de julho de 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>116</sup> BRASIL. **Decreto n. 592**, de 6 de julho de 1992. Brasília, 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>117</sup> BRASIL. **Decreto n. 678**, de 6 de novembro de 1992. Brasília, 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>118</sup> “As peticionárias alegaram que José Pereira foi gravemente ferido, e que outro trabalhador rural foi morto quando ambos tentaram escapar, em 1989, da Fazenda “Espírito Santo”, onde tinham sido atraídos com falsas promessas sobre condições de trabalho, e terminaram sendo submetidos a trabalhos forçados, sem liberdade para sair e sob condições desumanas e ilegais, situação que sofreram juntamente com 60 outros trabalhadores dessa fazenda. As peticionárias advogam que os fatos denunciados constituem um exemplo da falta de proteção e garantias do Estado brasileiro, ao não responder adequadamente as denúncias sobre essas práticas que, segundo elas, eram comuns nessa região, e permitir de fato sua persistência. As peticionárias também alegaram desinteresse e ineficácia nas investigações e nos processos referentes aos assassinos e os responsáveis pela exploração trabalhista”. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório n. 95**, de 24 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

proteção judicial e segurança no trabalho, bem como pelo desinteresse e ineficácia do Estado brasileiro nas investigações e processos referentes à exploração de trabalho escravo.

Em 1995, apenas, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência do trabalho escravo em território nacional perante a comunidade internacional<sup>119</sup>.

Em 1998, a Organização Internacional do Trabalho, por meio da Declaração dos Princípios Fundamentais do Trabalho, declarou que os princípios relativos a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, independem de ratificação, derivando do simples fato de pertencer à OIT<sup>120</sup>.

No contexto do acordo, o governo federal anunciou o 1º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em março de 2003, no qual reafirmou o reconhecimento do trabalho escravo no país, bem como anunciou medidas integradas a serem adotadas pelos órgãos estatais. Foi um marco no combate ao trabalho análogo à escravidão, pois além de reafirmar a existência do trabalho escravo no país, alçou o compromisso de sua eliminação como prioridade nacional<sup>121</sup>.

Em dezembro de 2003, foi aprovada e sancionada a Lei n. 10.803, de 11.12.2003, que alterou o art. 149, do Código Penal, para estabelecer pena de reclusão dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência, e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo<sup>122</sup>.

Do despertar do interesse estatal na prevenção e repressão do trabalho escravo até o advento desta lei, os conflitos de interesses políticos e econômicos e o estereótipo do escravo colonial, criaram um imbróglio em torno da definição jurídica de trabalho escravo, tornando a atuação estatal ineficaz, como se nota na afirmação de Luís Camargo:

“obviamente, a figura do antigo escravo negro, acorrentado a uma bola de ferro e morando em senzala é apenas um estereótipo que surge no imaginário das pessoas, mas que, infelizmente, exerce influência na atuação dos próprios agentes do Poder Público”<sup>123</sup>.

<sup>119</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008.

<sup>120</sup> AZEVEDO, José Carlos Souza. Trabalho escravo: atuação do Ministério Público do Trabalho nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: LACERDA SABINO, João Filipe; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.).

**Direitos fundamentais do trabalho na visão de procuradores do trabalho**. São Paulo: LTr, 2012. p. 37-61.

<sup>121</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da**

<sup>122</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008. p. 147.

<sup>123</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em:

MELO, Luís Antônio Camargo de. Trabalho escravo contemporâneo: crime e conceito. In: CORREIA, Henrique. **Temas aprofundados MPT**. 2. ed. Juspodivm, 2013. p. 697-720.

Casos concretos que não se amoldassem ao estereótipo eram descartados pelos agentes públicos, culminando em inúmeras histórias de impunidade<sup>124</sup>.

Logo em seguida, o Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004, promulgou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (“Protocolo de Palermo”), de 15 de novembro de 2000, na qual a expressão ‘tráfico de pessoas’ foi definida no art. 3º, ‘a’, como

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviço forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”<sup>125</sup>.

Embora o Protocolo de Palermo enfoque a prevenção e combate ao tráfico de pessoas às mulheres e crianças, o aliciamento de trabalhadores rurais no Brasil e de trabalhadores estrangeiros irregulares no intuito de submetê-los ao trabalho em condição análoga à de escravo iguala-se à definição de tráfico de seres humanos nele contida<sup>126</sup>.

O art. 149 do CP demonstra o que caracteriza a escravidão na sua expressão contemporânea. Além disso, os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, incorporados à legislação nacional, tratam do problema. De acordo com o Relatório Global da OIT de 2001, as diversas modalidades de trabalho forçado no mundo têm sempre em comum duas características: o uso da coação e a negação da liberdade. No Brasil, o trabalho escravo resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade: o trabalhador conduzido a locais isolados, de difícil acesso, fica preso a uma dívida. A OIT utiliza no Brasil o termo “trabalho escravo”<sup>127</sup>.

Em 2008, o governo federal lançou o 2º Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, de 17 de abril de 2008, que mantém a erradicação do trabalho escravo contemporâneo como prioridade do Estado brasileiro, buscar a aprovação da PEC 438/2001, com a redação da PEC 232/1995 apensada à primeira, que altera o art. 243 da Constituição

<sup>124</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010. p. 41-42.

<sup>125</sup> BRASIL. **Decreto n. 5.017**, de 12 de março de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)>. Acesso em: 3 abr. 2014.

<sup>126</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo**. Brasília: MTE. p. 10.

<sup>127</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008. p. 125.



Federal e dispõe sobre a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores reduzidos a condição análoga à de escravos, buscar a alteração do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980) para garantir a regularização gratuita dos trabalhadores imigrantes encontrados em situação de trabalho escravo e degradantes em território nacional, buscar a aprovação de mudança no artigo 149 do Código Penal, elevando a pena mínima de 2 para 4 anos para o crime de sujeitar alguém à trabalho análogo ao de escravo, dentre outras<sup>128</sup>.

Os instrumentos internacionais de direitos humanos são categóricos ao reconhecer a gravidade do trabalho forçado e sua afronta aos direitos humanos<sup>129</sup>, consectário do princípio maior dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, Flávia Piovesan afirma que

“a proibição do trabalho escravo é absoluta no Direito Internacional dos Direitos Humanos, não contemplando qualquer exceção. Vale dizer, em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para o tratamento escravo. Tal proibição integra o *jus cogens*, que é o direito cogente e inderrogável no âmbito internacional. Tal como o direito de não ser submetido à tortura, o direito a não ser submetido à escravidão é um direito absoluto, insuscetível de qualquer relativização ou flexibilização, a não permitir qualquer juízo de ponderação”<sup>130</sup>.

Ressalte-se que as convenções internacionais ratificadas englobam o conceito de fonte normativa heterônoma. As convenções da OIT são instrumentos importantes no país<sup>131</sup>. Ainda, as convenções que embasam o combate e erradicação do trabalho escravo são de observância obrigatória, pois foram ratificadas pelo Brasil com status de supralegalidade, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

## 2.3 Trabalho proibido

Como qualquer negócio jurídico, o contrato de trabalho exige a presença de elementos essenciais, que, quando ausentes, comprometem a sua existência, validade ou eficácia. São

<sup>128</sup> SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **2º plano nacional para a erradicação do trabalho escravo**. Brasília: SEDH, 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39E4F614013AD5A314335F16/novoplanonacional.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

<sup>129</sup> PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous *et al* (coord.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed., São Paulo: LTr, 2011. p. 142.

<sup>130</sup> PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous *et al* (coord.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed., São Paulo: LTr, 2011. p. 145.

<sup>131</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed, São Paulo: LTr. p. 153.

elementos essenciais do contrato de trabalho a capacidade das partes, a licitude do objeto, a forma prescrita ou não vedada por lei, conforme art. 104, do Código Civil. Assim, a ordem jurídica somente confere validade ao contrato que apresente a licitude de seu objeto, que é distinto de trabalho proibido<sup>132</sup>.

A idoneidade do objeto é elemento essencial que equivale à licitude. Assim, o contrato de trabalho deve apresentar objeto lícito para ser válido, considerando-se ilícito aquele que recair sobre conduta tipificada como infração penal<sup>133</sup>.

O contrato de trabalho cujo objeto consiste em ato ilícito, na prestação de trabalho de per si ilícita, não gera efeitos jurídicos trabalhistas, apenas as decorrentes da responsabilidade penal. Inexiste relação de emprego e, portanto, não há reconhecimento de direitos trabalhistas. São casos em que o empregado, em coautoria ou participação com o empregador, comete infração penal, como, por exemplo, no jogo do bicho. De acordo com Schwarz:

“Enquadrando-se o labor prestado em um tipo legal criminal, rejeita a ordem justrabalhista reconhecimento jurídico à relação socioeconômica formada, negando-lhe, desse modo, qualquer repercussão de caráter trabalhista. Não será válido, pois, contrato laborativo que tenha por objeto trabalho ilícito”.<sup>134</sup>

Em sentido contrário, o contrato de trabalho consubstanciado cujo objeto é consubstanciado em ato ilícito, mas a prestação do trabalho é lícita e o empreendimento do empregador é ilícito, produz efeitos jurídicos na órbita do Direito do Trabalho. Não se fala em nulidade, gerando o contrato de trabalho efeitos jurídicos em sua plenitude. Aqui se enquadra o trabalho análogo à escravidão, que forma vínculo de emprego que devem ser reconhecidos sob pena de vulnerabilidade ante a delinquência patronal<sup>135</sup>. Embora indesejado no âmbito jurídico, deve gerar efeitos.

<sup>132</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr. p. 494.

<sup>133</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Contrato de trabalho e nulidades: breves apontamentos sobre o trabalho ilícito, o trabalho proibido e seus efeitos trabalhistas. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, v. 22, n. 262, abr. 2011. p. 14-24.

<sup>134</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 494.

<sup>135</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Contrato de trabalho e nulidades: breves apontamentos sobre o trabalho ilícito, o trabalho proibido e seus efeitos trabalhistas. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, v. 22, n. 262, abr. 2011. p. 14-24.

## 2.4 Tipo penal “redução à condição análoga à de escravo”

Como explicitado, em 1940, foi editado o Decreto-Lei n. 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro), tipificando em seu art. 149, a conduta consistente em “reduzir alguém à condição análoga a de escravo”, no preceito primário<sup>136</sup>.

Não obstante a inovação à ordem jurídica, o tipo penal continha descrição sintética, com teor de generalidade elevado, o que dava azo à interpretação ampliativa, bem como não fornecia aos agentes públicos elementos objetivos que permitissem a identificação adequada das formas pelas quais o agente poderia reduzir a vítima à condição análoga a de escravo<sup>137</sup>.

Assim, após sessenta anos de vigência de dispositivo inócuo, o Congresso Nacional aprovou e o presidente da República sancionou a Lei n. 10.803/2003, que alterou o artigo 149, do Código Penal, com o estabelecimento de penas e indicação das hipóteses em que se configura condição análoga a de escravo, *in verbis*:

“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”.

O tipo penal, antes descrito de forma sintética, de tipo aberto, foi substituído por descrição analítica, de tipo fechado, reproduzindo como a conduta pode ser praticada em um *numerus clausus*, de forma taxativa<sup>138</sup>.

Nessa esteira, salienta Rogério Greco que,

“Após a modificação havida na redação original do tipo do art. 149 do Código Penal, que dizia, tão somente, reduzir alguém à condição análoga à de escravo, podendo identificar quando, efetivamente, o delito se configura. Assim, são várias as

<sup>136</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>137</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 33.

<sup>138</sup> DELMANTO, Celso et al. **Código Penal comentado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 532.

maneiras que, analogamente, fazem com que o trabalho seja comparado a um regime de escravidão”<sup>139</sup>.

Como se vê, o bem jurídico tutelado, tal como no Direito Romano era primordialmente a liberdade do indivíduo, daí distinguindo-se a proteção que se dá ao trabalhador na moderna concepção, conforme salienta Cezar Roberto Bitencourt, ao afirmar afirma que:

“quando o Direito Romano proibia a condução da vítima, indevidamente, ao estado de escravidão, cujo *nomen iuris* era *plagium*, o bem jurídico tutelado não era propriedade a liberdade do indivíduo, mas o direito de domínio que alguém poderia ter ou perder por meio dessa escravidão indevida. O Direito Romano punia a escravização do homem livre e a comercialização de escravo alheio. Há, na verdade, uma grande diferença entre o plagio dos romanos e a redução à condição análoga a de escravo do Direito moderno: o bem jurídico protegido. Modernamente, não se reconhece a escravidão como lícita, criando-se, então, pela coação do agente, uma situação de fato, permanentemente ilegítima”<sup>140</sup>.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o entendimento é que a prática do crime viola não somente o *status libertatis*, mas primordialmente a dignidade da pessoa humana, o qual foi guindado à condição de valor fundamental do sistema de direitos fundamentais, conforme art. 1º, III, CF, como viga mestra a plasmar o ordenamento jurídico pátrio<sup>141</sup>.

Daí porque, o Supremo Tribunal Federal – STF manifestou-se em julgado do qual se extrai a ementa abaixo:

“EMENTA PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA. Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas no tipo penal. A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua **liberdade** e de sua **dignidade** tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”. Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão

<sup>139</sup> GRECO, Rogério. **Código Penal**: comentado. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. p. 404.

<sup>140</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. p. 424-425.

<sup>141</sup> BRITO FILHO, João Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá**. n. 1, v. 1, 2013. p. 78-99.

recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade. Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais”<sup>142</sup>.

A dignidade é atributo intrínseco a todos os seres humanos, a qual o imbuí do necessário respeito e consideração por parte da sociedade e do Estado, que deve reconhecê-lo, como sujeito de direitos fundamentais que garantem a sua proteção contra atos degradantes e desumanos por meio de condições mínimas necessárias para uma vida saudável<sup>143</sup>.

O conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana está relacionado aos direitos fundamentais, abrangendo aspectos dos direitos individuais, políticos e sociais, sendo seu núcleo material composto pelo mínimo existencial, expressão que aponta o conjunto de bens e utilidades para garantir a subsistência física e a liberdade do indivíduo. A dignidade da pessoa humana, portanto, está associada não só com a liberdade e com os valores do espírito, como com as condições de existência<sup>144</sup>.

Ingo Wolfgang Sarlet apresenta uma definição que exprime de forma completa a ideia de dignidade da pessoa humana:

“A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”<sup>145</sup>.

Maurício Godinho Delgado nos indica que os direitos fundamentais fundados na dignidade da pessoa humana expressam um patamar mínimo civilizatório que deve ser garantido a todo e qualquer trabalhador:

“No caso brasileiro, esse patamar civilizatório mínimo está dado essencialmente, por três grupos de normas trabalhistas heterônomas: as normas constitucionais em geral (respeitadas, é claro, as ressalvas parciais expressamente feitas pela própria Constituição: art. 7º, VI, XIII e XIV por exemplo); as normas de tratados e convenções internacionais no plano interno brasileiro (referidas pelo art. 5º, parágrafo 2º, CF/88, já expressando um patamar civilizatório no próprio mundo ocidental em que se integra o Brasil); as normas legais infraconstitucionais que asseguram patamares de cidadania ao indivíduo que labora (preceitos relativos à

<sup>142</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito. **Inq. n. 3.412/AL**. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Marco Aurélio de Melo. Brasília, J. 29/3/2012, DJ 12/11/2012.

<sup>143</sup> BRITO FILHO, João Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá**. n. 1, v. 1, 2013. p. 78-99.

<sup>144</sup> BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria e crítica do pós-positivismo. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, v. 225, p. 5-37, jul./set. 2001, p. 30-31.

<sup>145</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 59-60.

saúde e segurança no trabalho, normas concernentes à base salarial mínimas, normas de identificação profissional, dispositivos antidiscriminatórios, etc.)”<sup>146</sup>.

Como salientado, consoante previsão do art. 149, do Código Penal, o trabalho em condição análoga à escravidão abarca tanto o trabalho forçado quanto o degradante. Naquele, há violação à liberdade e dignidade do trabalho, enquanto neste resta violado, de forma direta, a dignidade da pessoa humana, o que não exige o cerceamento de liberdade para sua configuração<sup>147</sup>.

Portanto, é que se reconhecer que na definição atual de trabalho análogo ao de escravo o principal bem jurídico lesado não é a liberdade, mas sim a dignidade da pessoa humana, valor maior do ordenamento jurídico pátrio e que repugna as duas espécies de trabalho com redução do homem a condição análoga à de escravo, a saber, o trabalho forçado e o degradante<sup>148</sup>.

Desse modo, num país onde a desigualdade social ganha especial relevo, como é o caso do Brasil, o reconhecimento e a compreensão das formas atuais de exploração dos trabalhadores constitui-se em pressuposto para a erradicação do trabalho escravo<sup>149</sup>.

#### 2.4.1 Trabalho forçado

O art. 149, do Código Penal, em sua redação originária, induzia o intérprete à conclusão de que a redução a condição análoga à de escravo significava, de forma exclusiva, a restrição do *status libertatis*, o que permitia relacioná-lo com as Convenções n. 29 e 105, da OIT, como espécie da conduta rejeitada pelo organismo internacional<sup>150</sup>.

No entanto, a alteração do art. 149, do Código Penal, por meio da Lei n. 10.803/2003, ampliou os modos de execução do tipo penal e gerou insegurança jurídica ante a já consolidada relação entre a definição de trabalho forçado para a OIT e a redução a condição análoga à de escravo, como crime na legislação penal brasileira, o que desequilibrava o

<sup>146</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso do Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008. p.1403.

<sup>147</sup> BRITO FILHO, João Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá**. n. 1, v. 1, 2013. p. 78-99.

<sup>148</sup> PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous *et al* (coord.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed., São Paulo: LTr, 2011, p. 45.

<sup>149</sup> ABRAMO, Laís. In: RIPPER, João Roberto; CARVALHO, Sérgio. **Retrato escravo**. Brasília: OIT, 2010. p. 15.

<sup>150</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho na Paraíba**. p. 78-99.

estabelecido no Direito Internacional do Trabalho, nas Convenções n. 29 e 105, e no Direito Interno, no art. 149, do Código Penal<sup>151</sup>.

O trabalho forçado, como primeiro modo de execução, conforme a descrição do tipo penal contido no art. 149, caput, do Código Penal, é diferenciado dos demais por sua intensidade, pois, nesse caso, a obrigatoriedade na prestação do serviço é a característica determinante<sup>152</sup>.

Portanto, hoje, o crime de redução análoga à de escravo é gênero do qual o trabalho forçado é espécie, e possui os elementos constitutivos: relação de trabalho entre os sujeitos ativo (tomador de serviços) e passivo (trabalhador); prestação de serviço compulsória ou forçado, sem manifestação de vontade do trabalhador ou com anulação de sua vontade<sup>153</sup>.

Fernando Capez ensina que trabalho forçado deve ser entendido como “aqueles em que não há como oferecer resistência ou manifestar recusa, em face do emprego de violência, ameaça ou fraude”<sup>154</sup>.

Dessa forma, conclui-se que a configuração do crime de redução análoga à condição de escravo independe do modo de execução, ocorrendo em relação de trabalho estabelecida entre trabalhador e tomador de serviços, na qual aquele é ofendido em sua liberdade e, principalmente, em sua dignidade.

#### 2.4.2 *Jornada exaustiva*

A doutrina justtrabalhista define jornada exaustiva como o desrespeito à saúde e segurança no ambiente de trabalho, à dignidade e à vida privada do trabalhador<sup>155</sup>.

No entanto, por ausência de critérios objetivos, tal conceito ainda esbarra em dissensos doutrinários, tendo em vista a indeterminação da expressão, possibilitando diversos enquadramentos do caso concreto<sup>156</sup>.

<sup>151</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos motos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho na Paraíba**. p. 78-99.

<sup>152</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos motos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho na Paraíba**. p. 78-99.

<sup>153</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos motos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho na Paraíba**. p. 78-99.

<sup>154</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 372.

<sup>155</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Raymundo Lima. Jornada de trabalho exaustiva e a Orientação n. 3 da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – CONAETE. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XXI, n. 42, set. 2011. p. 135-162.

<sup>156</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Raymundo Lima. Jornada de trabalho exaustiva e a Orientação n. 3 da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – CONAETE. **Revista do**

Greco defende que jornada exaustiva é aquela que esgota as forças do trabalhador “minando sua saúde física e mental”.

Na mesma linha de raciocínio, Luís Régis Prado aduz que é aquele em que a jornada é “esgotante, além do considerado aceitável”<sup>157</sup>.

Dessa forma, jornada exaustiva pode ser depreendida a partir da constatação da presença dos seguintes elementos: existência de relação de trabalho, jornada que ultrapasse os limites legais, prejuízos à saúde física e mental e imposição contra a vontade do obreiro<sup>158</sup>.

#### **2.4.3 Condições degradantes de trabalho**

No art. 149, do Código Penal, prevê a possibilidade de punição da conduta de submeter o sujeito passivo a condições degradantes de trabalho, chamado também de condições desumanas de trabalho<sup>159</sup>.

Para a OIT, o trabalho forçado é indissociável do trabalho escravo. Contudo, razões históricas permitem afirmar que trabalho degradante é também trabalho escravo, haja vista que os escravos negros, submetidos ao labor com restrição de liberdade, ao se verem livres em 1888, não se libertaram do trabalho indigno ou degradante, pois a exploração desmensurada apenas assumiu novas roupagens contemporâneas<sup>160</sup>.

Está relacionada a condições laborativas com ausência de segurança, riscos à saúde do obreiro e negação das condições mais básicas, como o descanso e o convívio social. Além disso, priva-se o trabalhador da alimentação, da higiene e da moradia<sup>161</sup>.

#### **2.4.4 Restrição de locomoção por dívida contraída**

O Código Penal Brasileiro também tipificou o cerceio da liberdade fundada na contração de dívidas, sendo comuns a prática de dívida ilegal, retenção de documentos,

**Ministério Público do Trabalho**, ano XXI, n. 42, set. 2011. p. 135-162.

<sup>157</sup> PRADO, Luís Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: Parte Especial. 9. ed., São Paulo: RT, 2010. p. 84.

<sup>158</sup> BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista do MPT do Pará e Amapá**. n. 1, v. 1, 2013. p. 78-99.

<sup>159</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 44.

<sup>160</sup> AZEVEDO, José Carlos Souza. Trabalho escravo: atuação do Ministério Público do Trabalho nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: LACERDA SABINO, João Filipe; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.).

**Direitos fundamentais do trabalho na visão de procuradores do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2012. p. 37-61.

<sup>161</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, p. 79-80.



dificuldade de acesso ao local de trabalho e presença de guardas armados para obrigar os trabalhadores a desempenhar atividades a partir de dívida contraída ilegalmente<sup>162</sup>.

A dívida é contraída, normalmente, logo na contratação, no valor dispendido no transporte, na quantia deixada à família, na aquisição de instrumentos de trabalho. Alcançar a quitação da dívida tornava-se tarefa quase impossível, diante dos valores cobrados pelo empregador, que em sua maioria superam os ínfimos salários percebidos pelos empregados<sup>163</sup>.

O endividamento é, hoje, é o principal fator a desencadear o trabalho em condição análoga à escravidão<sup>164</sup>.

## 2.5 Ministério Público como órgão de tutela coletiva do trabalho escravo

Erradicar todas as formas de trabalho em condições análogas à escravidão é dever do Estado e da sociedade<sup>165</sup>.

Para cumprir tal desiderato, o Estado é dotado de órgãos cujo objeto de atuação, dentre outros, é o combate e erradicação do trabalho escravo, se destacando por sua atuação na seara trabalhista o Ministério Público do Trabalho – MPT, o qual passamos a analisar.

### 2.5.1 *Ministério Público do Trabalho (MPT)*

O legislador constituinte, na Constituição Federal de 1988, concedeu ao Ministério Público o *status* de instituição permanente, autônoma, independente e essencial à função jurisdicional do Estado, a qual incumbe a “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, *caput*, CF)<sup>166</sup>.

Além disso, dividiu o Ministério Público da União (MPU) nos seguintes ramos (art. 128, CF)<sup>167</sup>:

- ✓ Ministério Público Federal (MPF);

<sup>162</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 90.

<sup>163</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 115.

<sup>164</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília: OIT, 2010. p. 114.

<sup>165</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2009.

<sup>166</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>167</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

- ✓ Ministério Público do Trabalho (MPT);
- ✓ Ministério Público Militar (MPM);
- ✓ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Ressalte-se que a divisão em ramos temáticos é apenas administrativa e não orgânica, pois todos têm a função institucional de defender a democracia, o ordenamento jurídico e os interesses sociais e individuais indisponíveis dentro nas respectivas áreas de atuação<sup>168</sup>.

O Ministério Público pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. A atuação é extrajudicial quando limitada à área administrativa, mas conversível à atuação judicial. De modo contrário, ela é judicial quando resulta de sua participação em processos judiciais, como autor, réu ou fiscal da lei<sup>169</sup>.

É a Constituição Federal de 1988 a fonte de realização ministerial, pois instrumentaliza o *Parquet* na medida em que oferta ao Parquet os instrumentos de atuação judicial, ação penal pública e ação civil pública, e extrajudicial, inquérito civil e termo de ajustamento de conduta, ao estatuir que são funções institucionais do Ministério Público “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei” (art. 129, I, CF) e “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (art. 129, III, CF)<sup>170</sup>.

Estes instrumentos judiciais e extrajudiciais são ainda mais realçados na Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), na qual o legislador dispôs sobre as normas relativas à organização e atribuições dos órgãos ministeriais.

Aqui é válido tecer alguns comentários acerca dos instrumentos do MPT, ramos advindos do mesmo tronco comum, com a distinção de que aquele atua nas causas de competência da Justiça Federal e este nas da Justiça do Trabalho.

Desde 2006, o STF tem entendimento no sentido de que a competência para o processamento e julgamento do crime de redução à condição análoga à escravidão é da Justiça Federal, pois trata-se de crime contra a organização do trabalho. Do julgado extrai-se a ementa a seguir:

<sup>168</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2011. p.163.

<sup>169</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2011. p.166.

<sup>170</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. ART. 149 DO CÓDIGO PENAL. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. TRABALHO ESCRAVO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DIREITOS FUNDAMENTAIS. CRIME CONTRA A COLETIVIDADE DOS TRABALHADORES. ART. 109, VI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. A Constituição de 1988 traz um robusto conjunto normativo que visa à proteção e efetivação dos direitos fundamentais do ser humano. A existência de trabalhadores a laborar sob escolta, alguns acorrentados, em situação de total violação da liberdade e da autodeterminação de cada um, configura crime contra a organização do trabalho. Quaisquer condutas que possam ser tidas como violadoras não somente do sistema de órgãos e instituições com atribuições para proteger os direitos e deveres dos trabalhadores, mas também dos próprios trabalhadores, atingindo-os em esferas que lhes são mais caras, em que a Constituição lhe confere proteção máxima, são enquadráveis na categoria dos crimes contra a organização do trabalho, se praticadas no contexto das relações de trabalho. Nesses casos, a prática do crime previsto no art. 149 do Código Penal (redução à condição análoga a de escravo) se caracteriza como crime contra a organização do trabalho, de modo a atrair a competência da Justiça Federal (art. 109, VI da Constituição) para processá-lo e julgá-lo. Recurso extraordinário conhecido e provido<sup>171</sup>.

A função institucional de promover a ação penal pública perante os juízes e tribunais regionais federais é privativa do MPF, conforme art. 129, I, CF, e art. 6º, V, da LOMPU<sup>172</sup>. Logo, na esteira do entendimento firmado do RE n. 398.041, compete ao MPF, por intermédio de seus procuradores da República e procuradores regionais da República a promoção da ação penal pública perante juízes e tribunais regionais federais, respectivamente, quando seu objeto for o crime de redução análoga à escravidão<sup>173</sup>.

A promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos é função institucional de todos os ramos do Ministério Público, mas que afeta, de modo destacado, o MPT<sup>174</sup>.

O MPT tem a função institucional de “instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores” (art. 84, II, LC n. 75/1993)<sup>175</sup>.

O inquérito civil é o instrumento unilateral e facultativo instaurado de ofício, mediante requerimento ou representação de qualquer interessado ou comunicação de outros ramos ou designação de órgão ministerial superior, para apuração de fato passível de tutela dos

<sup>171</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. Tribunal Pleno. **RE 398.041-6 Pará**. Relator: Min. Joaquim Barbosa. J. 30/11/2006, DJ 19/12/2008.

<sup>172</sup> BRASIL. **Lei Complementar n. 75**, de 20 de maio de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm)>. Acesso em 21. fev. 2014.

<sup>173</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. Tribunal Pleno. **RE 398.041-6 Pará**. Relator: Min. Joaquim Barbosa. J. 30/11/2006, DJ 19/12/2008.

<sup>174</sup> BELTRAMILLI NETO, Silvio. Inquérito civil no Ministério Público do Trabalho: reflexões a partir de um novo perfil institucional. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). **Estudos aprofundados MPT: Ministério Público do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2013. p. 1225-1243.

<sup>175</sup> BRASIL. **Lei Complementar n. 75**, de 20 de maio de 1993. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm)>. Acesso em: 9 abr. 2014.

interesses ou direitos a cargo do MPT nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais, mas do qual se exige como condição de procedibilidade para ajuizamento de ações nem demais medidas<sup>176</sup>.

Com esboço em Hugo Nigro Mazzilli, pode-se definir inquérito civil como

“um instrumento de investigação administrativa prévia, instaurado, presidido e arquivado pelo Ministério Público, destinado a apurar a autoria e a materialidade de fatos que possam ensejar uma atuação a cargo da instituição. Em outras palavras, destina-se a colher elementos de convicção para a atuação ministerial (tutela dos interesses difusos e coletivos)”<sup>177</sup>.

A Constituição Federal de 1988 exalta os direitos sociais, dedicando-lhes capítulo próprio, tamanha a sua importância. Além disso, nessa esteira, o legislador constituinte dotou o Ministério Público de instrumentos com aptidão para efetivar direitos trabalhistas coletivos, com vistas à equilibrar essa relação desigual travada entre trabalhadores e empresários, na lógica vivenciada pelo capitalismo. Diante disso, o inquérito civil e a ação civil pública são instrumentos com vocação para tutelar direitos metaindividuais<sup>178</sup>.

Dessa forma, munido de tais instrumentos, a atuação ministerial ganhou destaque em todos os setores da sociedade, avolumando-se em decorrência da falta de eficiência dos demais órgãos que se ocupam do cumprimento da lei, bem como da abrangência de temas passíveis de enfrentamento pelo parquet, fenômeno que também se alastrou nas relações de trabalho. A atuação do MPT representou substancial alteração dos padrões tradicionais de combate público às ilicitudes, anteriormente relegadas exclusivamente aos auditores-fiscais do trabalho vinculados ao Poder Executivo<sup>179</sup>.

<sup>176</sup> CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução n. 69**, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.prt12.mpt.mp.br/prt/destaques/resolu69.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>177</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos interesses difusos e coletivos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 80.

<sup>178</sup> BELTRAMELLI NETO, Silvio. Inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Trabalho: reflexões a partir de um novo perfil constitucional. In: MIESSA, Élisson. **Temas aprofundados MPT**. 2ª ed., Juspodium, 2013. p. 1225-1243.

<sup>179</sup> BELTRAMELLI NETO, Silvio. Inquérito civil no Ministério Público do Trabalho: reflexões a partir de um novo perfil institucional. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). **Estudos aprofundados MPT: Ministério Público do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Juspodium, 2013. p. 1234

### 3. DANO MORAL COLETIVO NO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

#### 3.1 Aspectos gerais do dano moral

Há no ordenamento duas ordens de manifestação: a *facultas agendi*, que é a faculdade de agir de forma livre dentro dos limites estabelecidos em lei, e a *norma agendi*, que é a norma jurídica imposta, ou seja, a lei (*jus scriptum*), conjunto de normas e princípios que regem a vida social<sup>180</sup>.

A faculdade de agir permeia à conduta humana, sendo inerente a ela, encontrando limites no sistema normativo, sob a forma de sanções jurídicas aplicadas àquele que praticar ato ilícito, na forma de lesão ou prejuízo, material ou moral, à esfera jurídica de outrem<sup>181</sup>.

Nessa esteira, a faculdade de agir nos impulsiona à prática de atos lícitos e até mesmo ilícitos, estes praticados voluntária ou involuntariamente. São os atos ilícitos aqueles originados, de forma direta ou indireta, da vontade humana, com efeitos danosos sobre a esfera jurídica de alguém e que sejam contrários ao ordenamento jurídico<sup>182</sup>.

Diante de conduta consubstanciada em ato ilícito, forma-se o dano, que é um prejuízo sofrido pela vítima lesionada em sua esfera de direitos, a qual pode ser material, moral, individual ou coletivo. Quando interesses são atingidos de forma injusta ocorre o dano. Para ser passível de configuração, o dano deve ser atual e certo, do contrário não se consolida a indenização<sup>183</sup>.

Mas, além da conduta e do dano, é necessário também o nexo causal, que é o liame subjetivo que une a conduta do agente ao dano causado ao lesado<sup>184</sup>.

##### 3.1.1 Evolução jurídica

O dano moral não é discussão recente, sendo discutido há séculos, desde o Código de Hamurábi, na Babilônia, aproximadamente 2000 a.C., contexto no qual era disciplinado certas circunstâncias em que danos de tal ordem eram passíveis de serem reparados de forma

<sup>180</sup> COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais**: competência e mensuração. Curitiba: Juruá, 1999. p. 21-22.

<sup>181</sup> COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais**: competência e mensuração. Curitiba: Juruá, 1999. p. 21-22.

<sup>182</sup> VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.26.

<sup>183</sup> VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 33.

<sup>184</sup> VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 36.

pecuniária. Nesse contexto, quando restavam infrutíferas as condenações pecuniárias, se aplicava a regra fundado na Lei de Talião, em preceituava o princípio do “olho por olho, dente por dente”, depreendendo-se, assim, o prevalecimento do direito de vingança da vítima com o objetivo de restituí-la na mesma proporção do dano causado<sup>185</sup>.

Na Índia, de modo semelhante, foi instituído o Código de Manu, no qual se previu a possibilidade de pena pecuniária para danos extrapatrimoniais quando se tratasse de determinadas situações, como, na condenação penal injusta<sup>186</sup>.

Na própria Bíblia Sagrada, em seu Antigo Testamento, é possível encontrar passagens que tratam da reparação por danos morais, como se verifica no Deuteronômio, 22:28-29:

Se um homem encontrar uma moça virgem não desposada e, pegando nela, deitar-se com ela, e forem apanhados, o homem que dela abusou dará ao pai da jovem cinquenta ciclos de prata, e, porquanto a humilhou, ela ficará sendo sua mulher; não a poderá repudiar por todos os seus dias<sup>187</sup>.

Segundo Humberto Theodoro Júnior, com a Lei Aquilia (286 a.C.) e, de modo especial, após a legislação de Justiniano, o dano moral foi ampliado a campos diversos, com possibilidade de reparação. Segundo o mesmo autor há

“enorme controvérsia entre os pesquisadores do Direito Romano acerca da extensão de tal ampliação, não sendo poucos os que, como Gabba, afirmam ter inexistido em Roma a regulamentação do dano moral, cuja reparabilidade teria surgido, de fato, como teoria moderna, nunca cogitada entre os antigos. O certo, porém, é que, sem maior e mais profunda sistematização, o Direito Romano previa numerosas hipóteses em que dispensava proteção a interesses não patrimoniais por meio de ação pecuniária”<sup>188</sup>.

Assim, resta indubitável que não era desconhecido os interesses extrapatrimoniais, admitindo-o de acordo com o contexto social em que se vivia à época<sup>189</sup>.

O advento dos direitos da personalidade permitiu um crescimento dos defensores dos direitos da pessoa humana, adquirindo especial destaque a previsão que albergou a possibilidade de reparação quando da ocorrência de lesões à pessoa, não apenas na esfera material, mas também na extrapatrimonial<sup>190</sup>.

Porém, apenas na Constituição Federal de 1988 que o dano moral ganhou, finalmente, enunciado geral a balizar o ordenamento jurídico pátrio na matéria, eliminando todas as

<sup>185</sup> SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 253.

<sup>186</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano moral**. 3. ed. Juarez de Oliveira: São Paulo, 2000. p. 3.

<sup>187</sup> BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira

de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

<sup>188</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano moral**. 3. ed. Juarez de Oliveira: São Paulo, 2000. p. 3.

<sup>189</sup> MENDONÇA, Carvalho de. **Doutrina e práticas das obrigações**. Curitiba: Paranaense, 1908. p. 64.

<sup>190</sup> SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 21.

existentes da doutrina e na jurisprudência, conforme previsão constitucional no 5º, incisos V e X, dos quais se extraem o seguinte teor:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”<sup>191</sup>.

Hoje, é garantida a reparação de quaisquer danos de ordem civil, seja na esfera patrimonial ou na íntima da pessoa ofendida. Dessa forma, quem causar dano injusto a outrem, independente da natureza da lesão, é passível de condenação na proporção do dano causado<sup>192</sup>.

A compensação é o meio pelo qual a conduta ilícita daquele que lesionou é repreendida. Além disso, a reparação tem como valor a atenuação do sofrimento injusto e a coibição da reincidência do lesante na conduta geradora do dano. Por isso, aplica-se a teoria da responsabilidade civil, mas não com o fito de apagar os efeitos da lesão, mas sim reparar os danos eventualmente causados à vítima.

Até há pouco tempo, prevalecia entendimento no sentido da irreparabilidade dos danos morais, sob o argumento de que seriam insuscetíveis de avaliação. Por esse enfoque, a indenização somente era baseada no pagamento em dinheiro quando houvesse repercussão no patrimônio material da vítima<sup>193</sup>.

É de se destacar que por esse ponto de vista, ignorava-se o fato de que mais grave do que ressarcir danos de ordem moral mediante pecúnia era não repará-lo, posto assim o fazendo, violava-se a ordem jurídica.

Ante o exposto, não há mais discussão acerca da obrigação de reparar ou não o dano moral, restando indene a sua existência. O que se discute hoje, outrossim, são os critérios balizadores da definição do quantum indenizatório nas ações cujo pedido esteja fundado em

<sup>191</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>192</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. 26. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 94.

<sup>193</sup> SHARP JR., Ronald A. **Dano moral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 2001. p. 3.

dano moral, tendo em vista a subjetividade subsistente em tal análise, não havendo critérios objetivos a pauta-lo.

### 3.1.2 *Definição*

Pode-se afirmar que o dano moral é consubstanciado em lesões a direito da personalidade, perpetrando danos na intimidade, vida privada, imagem e honra de uma pessoa, as quais configuram bens jurídicos com proteção de alçada constitucional, conforme preceito contido no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988<sup>194</sup>.

Carlos Alberto Bittar entende que

“Qualificam-se como morais os danos em razão da esfera da subjetividade ou do dano valorativa da pessoa na sociedade em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana, ou da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)”<sup>195</sup>.

O ordenamento jurídico pátrio, sobremaneira após o advento da nova ordem constitucional, adota o dano moral numa perspectiva ampliativa de amparo do ser humano na totalidade de vida, material ou moral<sup>196</sup>.

A doutrina é uníssona no sentido de que o dano moral corresponde à alterações negativas no estado emocional, psicológico e espiritual da pessoa ofendida. Por outra via, esses estados não representam o dano em si, mas o fazem os efeitos por eles causados<sup>197</sup>.

Aqui, importa ressaltar que o dano moral se atém à violação de direito específico da esfera jurídica de uma pessoa, sendo ele constituído de direitos da personalidade ou personalíssimos<sup>198</sup>.

Na perspectiva jurídica constitucional, a causa do dano moral é a violação injusta a direito subjetivo extrapatrimonial albergado pelo direito na cláusula geral de tutela dos direitos de personalidade, sob a batuta da Constituição Federal de 1988, e, em especial, como decorrência lógica do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana<sup>199</sup>.

<sup>194</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>195</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed., São Paulo: RT, 1998. p. 48.

<sup>196</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed., São Paulo: RT, 1998. p. 50.

<sup>197</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed., São Paulo: RT, 1998. p. 48.

<sup>198</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2004. 28

<sup>199</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. São Paulo: Renovar, 2003. p. 132-133.



Assim é que, para Sérgio Cavalieri,

“Temos hoje o chamado direito subjetivo constitucional à dignidade. E dignidade nada mais é do que a base de todos os valores morais, a síntese de todos os direitos do homem. O direito à honra, à imagem, ao nome, à intimidade, à privacidade, ou qualquer outro direito da personalidade, todos estão englobados no direito à dignidade, verdadeiro fundamento e essência de cada preceito constitucional relativo aos direitos fundamentais”<sup>200</sup>.

Diante do exposto, é correto afirmar que o dano moral é o prejuízo à esfera jurídica de um sujeito de direitos fundamentado em lesão a direitos da personalidade, passíveis de serem ressarcidos por vias satisfativas da reparação do dano sofrido a partir de critério equitativo e proporcional do juiz competente<sup>201</sup>.

### 3.1.3 *Natureza jurídica*

Há, no conjunto de bens e relações jurídicas estabelecidas em sociedade, podem-se distinguir aqueles que se reduzem ao caráter estritamente econômico sob a forma de patrimônio, daqueles que estão no âmago da personalidade do titular de direitos. Por isso, pode-se afirmar que o patrimônio diz respeito ao que a pessoa tem, enquanto que o âmbito pessoal o que ela é<sup>202</sup>.

Pode-se afirmar que o dano moral é consubstanciado em lesões a direito da personalidade, perpetrando danos na intimidade, vida privada, imagem e honra de uma pessoa, as quais configuram bens jurídicos com proteção de alçada constitucional, conforme preceito contido no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988<sup>203</sup>.

Carlos Alberto Bittar entende que

“Qualificam-se como morais os danos em razão da esfera da subjetividade ou do dano valorativa da pessoa na sociedade em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana, ou da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)”<sup>204</sup>.

<sup>200</sup> CAVALIERI, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 74.

<sup>201</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004. p. 29.

<sup>202</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 30

<sup>203</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em:

<sup>204</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 30

O ordenamento jurídico pátrio, sobremaneira após o advento da nova ordem constitucional, adota o dano moral numa perspectiva ampliativa de amparo do ser humano na totalidade de vida, material ou moral<sup>205</sup>.

A doutrina é uníssona no sentido de que o dano moral corresponde à alterações negativas no estado emocional, psicológico e espiritual da pessoa ofendida. Por outra via, esses estados não representam o dano em si, mas o fazem os efeitos por eles causados<sup>206</sup>.

Aqui, importa ressaltar que o dano moral se atém à violação de direito específico da esfera jurídica de uma pessoa, sendo ele constituído de direitos da personalidade ou personalíssimos.

Na perspectiva jurídica constitucional, a causa do dano moral é a violação injusta a direito subjetivo extrapatrimonial albergado pelo direito na cláusula geral de tutela dos direitos de personalidade, sob a batuta da Constituição Federal de 1988, e, em especial, como decorrência lógica do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana<sup>207</sup>.

Assim é que, para Sérgio Cavalieri,

“Temos hoje o chamado direito subjetivo constitucional à dignidade. E dignidade nada mais é do que a base de todos os valores morais, a síntese de todos os direitos do homem. O direito à honra, à imagem, ao nome, à intimidade, à privacidade, ou qualquer outro direito da personalidade, todos estão englobados no direito à dignidade, verdadeiro fundamento e essência de cada preceito constitucional relativo aos direitos fundamentais”<sup>208</sup>.

Diante do exposto, é correto afirmar que o dano moral é o prejuízo à esfera jurídica de um sujeito de direitos consistente em lesão a direitos da personalidade, passíveis de serem ressarcidos por vias satisfativas da reparação do dano sofrido a partir de critério equitativo e proporcional do juiz competente<sup>209</sup>.

### 3.2 Dano material e dano moral

Primeiramente, vale ressaltar que as causas e os efeitos destes dois importantes institutos são totalmente distintos. No dano material, atinge-se o bem físico, reparando-se a

<sup>205</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. p. 132-133.

<sup>206</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 32

<sup>207</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. p. 132-133.

<sup>208</sup> CAVALIERI, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 74.

<sup>209</sup> SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004, p. 29.

sua perda. No dano moral, ofende-se o bem psíquico, compensando-o através de um valor em pecúnia que assegure à vítima uma “satisfação compensatória”, no ensinamento de Clayton Reis<sup>210</sup>.

O dano material é a lesão a bens corpóreos suscetíveis de apreciação pecuniária. Já o dano moral é a lesão ao patrimônio imaterial (bens incorpóreos) do ser humanos, atingindo-o sem seus valores íntimos, como a boa-fama, dignidade, honra, os quais são insuscetíveis de decomposição pecuniária<sup>211</sup>.

Portanto, a diferença entre estes dois institutos está basicamente na forma de sua reparação, onde nos danos materiais a finalidade é repor o que foi lesionado, ou seja, possibilitar à vítima a aquisição semelhante daquele bem material que foi perdido. O mesmo não ocorre no dano moral, onde a reparação está no pagamento de um valor, que é arbitrado por um juiz, possibilitando ao lesado a tentativa de compensar a sua dor<sup>212</sup>.

### 3.3 Quantum indenizatório

O critério de fixação do quantum indenizatório está no livre arbítrio do julgador da demanda, que analisará as provas e fatos apresentados de forma livre e consciente. Dentre os critérios estão as condições das partes, o nível social, o grau de escolaridade, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa, as condições socioeconômicas e os demais fatores que concorrem para a fixação do valor a ser indenizável<sup>213</sup>.

Vê-se que, o juiz, na apreciação do dano moral, deve se atentar aos critérios e parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, para que o valor arbitrado não caracterize enriquecimento ilícito.

### 3.4 Dano moral no Direito do Trabalho

---

<sup>210</sup>COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 33.

<sup>211</sup>COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 33.

<sup>212</sup>COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 33.

<sup>213</sup>MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 45.

A vida em sociedade, nas relações pessoais e patrimoniais entre entes personalizados, enseja a aplicação do direito à reparação de danos de diversos matizes, pois os fatos sociais danosos são infinitivos<sup>214</sup>.

As relações de trabalho, caracterizadas pela pessoalidade e subordinação do empregado, propiciam a ocorrência de danos morais reparáveis, pois os atores sociais não estão imunes à observância do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, insculpido no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, com a sujeição do empregado à danos morais<sup>215</sup>.

Em sentido amplo, trabalho é atividade humana com dispêndio de energia física e mental, do qual resultam bens e serviços passíveis de mensuração econômica. Por meio dele, o homem altera a realidade, transforma a natureza interna e externa, desenvolve a sociabilidade humana, provê para si o mínimo existencial indispensável à dignidade. O trabalho é, portanto, fonte de enriquecimento material e moral, impossível de contabilizado ou mercantilizado<sup>216</sup>.

### 3.5 Direitos ou interesses coletivos lato sensu: coletivização

A teoria da responsabilidade civil, antes delimitada à proteção de bens e direitos individuais, foi expandida para proteger também aqueles afetados à esfera jurídica de uma coletividade, a qual reconhece, em seu âmago, os seus valores mais relevantes<sup>217</sup>.

A postura individualista evoluiu para uma postura mais coletivista em especial após a Constituição Federal de 1988, na qual foi albergada a teoria da socialização dos riscos na sociedade (solidariedade), com ênfase na dignidade da pessoa humana, do qual decorrem os direitos da personalidade e, por via reflexa de eventuais prejuízos causados, a indenização por danos morais<sup>218</sup>.

A partir dessa linha de raciocínio, Xisto Tiago Medeiros Neto afirma que

em compasso com as características assumidas pela sociedade de cada época, evoluiu-se, em consequência, para uma postura político-jurídica condizente com a

<sup>214</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 46.

<sup>215</sup> COSTA, Waldir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 43.

<sup>216</sup> SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Contrato de trabalho e nulidades: breves apontamentos sobre o trabalho ilícito, o trabalho proibido e seus efeitos trabalhistas. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, v. 22, n. 262, abr. 2011. p. 14-24.

<sup>217</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil dos danos morais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 25-27.

<sup>218</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil dos danos morais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 24.

proteção ampla do ser humano: primeiro, elatecendo a tutela da esfera patrimonial para a moral, com o realce dos valores extrapatrimoniais, cuja natureza teve reconhecida a nota da essencialidade; depois, espraiando-se do campo individual para o coletivo ou social, quando o indivíduo passa a ser respeitado não apenas na sua consideração *uti singulis*, mas também *uti socius*, admitindo-se interesses próprios e ínsitos a coletividade por ele integradas, passíveis de defesa por meio de entes legitimados e autorizados por lei.<sup>219</sup>

A teoria da responsabilidade civil, a princípio restrita à tutela do direito privado e individual, foi ampliada à proteção de bens e direitos coletivos como um todo ou valores reconhecidos pela coletividade como relevantes.

A ascensão de uma sociedade de massas, ou seja, a massificação de bens e direitos individuais, conseqüente da Revolução Industrial, bem como a globalização, contribuem para o afloramento de novos interesses jurídicos, com características que os distinguem dos decorrentes dos clássicos direitos público e privado, ensejando a formação de uma categoria nova e obrigando a ordem jurídica a outorgar-lhe reconhecimento e proteção<sup>220</sup>.

O advento dos interesses coletivos (*lato sensu*) representou o rompimento com a dicotomia clássica que dividia o direito de acordo com interesses públicos ou privados. Aqueles correspondem a interesses metaindividuais ou transindividuais, de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, que se projetam além do indivíduo, numa órbita coletiva, cujo titular é uma categoria, uma classe, um grupo (determinada ou determinável) ou a coletividade (indeterminada) e possuem o caráter da conflituosidade, já que perceptível estão outros interesses contrapostos<sup>221</sup>.

No Brasil, a ordem jurídica reconheceu os interesses coletivos por meio da Lei n. 8.078/1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC), além de acrescentar a modalidade dos direitos ou interesses individuais homogêneos<sup>222</sup>.

Assim, quando a ordem jurídica confere proteção a determinado interesse, dada a sua importância para a organização e convívio social, surge o interesse jurídico, suscetível de ser invocado pelo titular (ou quem a lei legitimar para tal) perante terceiros e de ser objeto de tutela jurisdicional<sup>223</sup>.

Verificou-se, contudo, uma transformação evolutiva: o rompimento da esfera estritamente individualista, subjetivada, em que era visualizado o interesse jurídico, fez exsurgir um outro conteúdo de essência inovadora, correspondente a uma proteção a uma

<sup>219</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 128.

<sup>220</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>221</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>222</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>223</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 103.

proteção que se estendeu à órbita coletiva pertinente a grupos, classes, categorias de pessoas ou mesmo a toda a coletividade, sem que a definição da titularidade fosse essencial à possibilidade de tutela.

### 3.5.1 *Interesse ou direito coletivo (strictu sensu)*

Os interesses ou direitos coletivos *strictu sensu* são intermediários entre o interesse particular e geral e possuem como características a transindividualidade, pois sua manifestação está atrelada à da própria coletividade e não de apenas um indivíduo; a abrangência indeterminada, porém determinável; a relação jurídica entre os indivíduos da coletividade; a indivisibilidade do interesse, pois é afeto a todos, sem distinção<sup>224</sup>.

O legislador ordinário brasileiro definiu interesse ou direito coletivo no art. 81, do CDC, como “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”<sup>225</sup>.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua primeira manifestação sobre o tema, declarou que interesses coletivos são “aqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base”<sup>226</sup>.

### 3.5.2 *Interesse ou direito difuso*

Os interesses ou direitos difusos tem como características a indeterminação de sujeitos, a indivisibilidade, a conflituosidade exacerbada e a ausência de vínculo jurídico.<sup>227</sup>

No plano legal, o legislador ordinário definiu interesse ou direito difuso como “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”<sup>228</sup>.

O STF manifestou-se no sentido de que “interesses difusos são aqueles que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelas mesmas circunstâncias de fato”<sup>229</sup>.

<sup>224</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>225</sup> BRASIL. **Lei n. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

<sup>226</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 163.231/SP**. Rel. Min. Maurício Corrêa. J. 26.2.1997, DJ 29.6.2001.

<sup>227</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>228</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

### 3.5.3 *Interesse ou direito individual homogêneo*

O legislador ordinário inseriu modalidade nova no âmbito de proteção coletiva denominado interesse ou direito individual homogêneo, no art. 81, parágrafo único, III, do CDC<sup>230</sup>.

Os interesses ou direitos individuais homogêneos tem as características seguintes: ser objeto de tratamento jurídico coletivo, em razão da origem comum, com feição homogênea; abarcar mais de um indivíduo, identificados ou identificáveis; a divisibilidade e a ausência de relação jurídica base<sup>231</sup>.

O STF entende que “direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum [...], constituindo-se em subespécie de direitos coletivos”<sup>232</sup>.

## 3.6 Dano moral coletivo no Direito do Trabalho

Xisto Tiago Medeiros Neto, na esteira do reconhecimento dos direitos coletivos (lato sensu), afirma que

A ideia e o reconhecimento do dano moral coletivo (lato sensu), bem como a necessidade da sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema da responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restrito ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade de seus membros<sup>233</sup>.

### 3.6.1 *Conceito e características*

Nessa esteira, conceitua-se dano moral como a lesão injusta impingida a certos interesses não patrimoniais, dos quais não se pode extrair valoração econômica, mas que são tutelados pela ordem jurídica, posto que fazem parte da personalidade interna (bem-estar,

<sup>229</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 163.231/SP**. Rel. Min. Maurício Corrêa. J. 26.2.1997, DJ 29.6.2001.

<sup>230</sup> BRASIL. **Lei n. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2014.

<sup>231</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 112.

<sup>232</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 163.231/SP**. Rel. Min. Maurício Corrêa. J. 26.2.1997, DJ 29.6.2001.

<sup>233</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 136-137.

intimidade, liberdade, privacidade, equilíbrio psicológico) e externa (nome, reputação e consideração social) intrínseco à dignidade do ser humano<sup>234</sup>.

O dano a interesse extrapatrimonial da coletividade, portanto, é passível de reparação, tendo em vista “o abalo, a repulsa, a indignação ou mesmo a diminuição da estima, infligidos e apreendidos em dimensão coletiva”, que usurpa a esfera jurídica de proteção da coletividade em detrimento de valores fundamentais. Nessa ordem, o dano apresenta-se como um injusto de proporção capaz de lesar a esfera jurídica de uma coletividade, ferindo-a em seus valores mais relevantes<sup>235</sup>.

Os pressupostos que respaldam o dano moral coletivo são os mesmos aplicados à tutela individual<sup>236</sup>.

Assim, o dano moral coletivo é caracterizado pela ação ou omissão antijurídica do agente (pessoa natural ou jurídica), a ofensa a interesses extrapatrimoniais reconhecidos e compartilhados por uma coletividade (comunidade, grupo, categoria ou classe de pessoas titular de tais interesses protegidos pela ordem jurídica), os danos que emergem de forma coletiva, com desvalor, indignação, menosprezo, aflição, humilhação, angústia e qualquer consequência com conteúdo negativo e o nexo causal entre a ação ou omissão e o dano<sup>237</sup>.

Ante o exposto, percebe-se que a conduta ilícita patronal lesiva à coletividade de trabalhadores fere direitos sociais previstos constitucionalmente, ensejando a atração do dever de indenizar o dano moral coletivo causado, como já entendeu o Tribunal Superior do Trabalho, ao reconhecer a proteção de interesses metaindividuais a trabalhadores rurais ligados por relação jurídica fundada no dispêndio de força de trabalho em condição aviltantes à honra e à dignidade, com sofrimento coletivo, em decorrência de sua submissão a condições precárias de trabalho pelo empregador<sup>238</sup>.

### 3.6.2 *Fundamentos jurídicos*

Cabe asseverar que a coletividade, em qualquer de suas expressões, possui bens de natureza moral (extrapatrimonial) reconhecidos e amparados pelo Direito (constitucional e

<sup>234</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 54-55.

<sup>235</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 136-137.

<sup>236</sup> SANTOS, Willians Franklin Lira dos. Aspectos do dano moral coletivo trabalhista. In: GUNTHER, Luiz Eduardo (coord.). **Dano moral e direitos fundamentais: uma abordagem multidisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 319-321.

<sup>237</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 137-138.

<sup>238</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 56.140-15.2004.5.03.0096**. Brasília, 2007. Relator: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga.



infraconstitucional), passíveis de defesa pelos instrumentos processuais adequados à tutela jurisdicional coletiva<sup>239</sup>.

A princípio, a Constituição Federal de 1988 expandiu a tutela do dano moral, especialmente no que se refere ao seu conteúdo coletivo, com base no princípio da reparação integral previsto nos art. 5º, V e X, da CF, pondo em relevo a tutela jurídica da personalidade em sua máxima extensão<sup>240</sup>.

A Constituição Federal, ao conferir legitimidade ao MP no art. 129, III, para o manuseio da ACP, abriu leque do seu objeto para qualquer interesse difuso ou coletivo, além dos referidos ao patrimônio público e social e ao meio ambiente, tornando-o instrumento de alçada constitucional apto a ser utilizado na proteção irrestrita de direitos metaindividuais, inclusive morais<sup>241</sup>.

### 3.6.3 *Inquérito civil e ação civil pública*

A partir da Constituição da República de 1988 descortinou-se um novo horizonte quanto à tutela de danos morais, particularmente no que tange à sua feição coletiva, em face do princípio da reparação integral (art. 5º, V e X), dos direitos da personalidade e do amparo jurídico às esferas dos interesses transindividuais<sup>242</sup>.

Sob a perspectiva constitucional, ainda, há que se falar no art. 129, III, que legitima o Ministério Público a mover ação civil pública cujo objeto funda-se em qualquer interesse difuso ou coletivo<sup>243</sup>.

A ação civil pública no sistema processual brasileiro está na Lei Complementar n. 40/81 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), com restrição de objeto, que apenas foi ampliado com a Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública)<sup>244</sup>.

Ambas as leis foram recepcionadas pela CFRB, na qual foi elencada entre as funções institucionais do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a

<sup>239</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 150-151

<sup>240</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 144.

<sup>241</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 146

<sup>242</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 146

<sup>243</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 146.

<sup>244</sup> LOTTO, Luciana Aparecida. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008. p. 89.

proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, conforme artigo 129, III<sup>245</sup>.

A Lei Complementar n. 75/93 expandiu o seu objeto à esfera trabalhista, ao enunciar que:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

[...]

III – promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Diante disso, podemos perceber que a legitimidade do Ministério Público para promoção da ação coletiva é ampliativa, o que restou pacificado no julgamento do Recurso Extraordinário n. 163.231, no qual o Parquet detém capacidade postulatória para a abertura de inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos<sup>246</sup>.

As sucessivas decisões do STF, no sentido da legitimidade ampla do MPT, acabaram por provocar, ainda que de forma não imediata, a mudança da jurisprudência do TST. A Justiça do Trabalho é competente para julgar a ação civil pública com objetivo de combater o trabalho escravo, entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência, tal como disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar n. 75/93.

“JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. Tratando-se de defesa de interesses coletivos e difusos no âmbito das relações laborais, a competência para apreciar a ação civil pública é da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, da Constituição Federal/88, que estabelece idoneidade a esse ramo do Judiciário para a apreciação, não somente dos dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, mas também de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho”<sup>247</sup>.

A finalidade da ação civil pública é proteger direitos e interesses (coletivos, difusos e individuais homogêneos), de quaisquer lesão ou ameaça de lesão. O comando da ação pode ser condenatório, cautelar, declaratório, constitutivo, mandamental, de liquidação e execução ou qualquer outra espécie, com o objetivo precípuo de evitar e reparar danos, mediante obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º, LCP).

<sup>245</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

<sup>246</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE n. 163.231/SP**. Rel. Min. Maurício Corrêa. J. 26/02/1997. DJ 29/06/2001.

<sup>247</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 402-469/97**. Quinta turma. Brasília, 1997. Relator: Min. José Luiz Vasconcellos.

“O que importa é propiciar-se, pela relevância do bem jurídico de dimensão coletiva, a sua mais ampla tutela, havendo casos, por exemplo, em que é imperioso exigir-se a imediata cessação da conduta lesiva e, ainda, a reparação pelos danos verificados, inclusive os de natureza moral (extrapatrimonial)”,<sup>248</sup>.

Na esteira da evolução doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, pode-se afirmar que, no tocante às ações civis públicas que dizem com o trabalho em condições análogas à de escravo, as primeiras pretensões relativas a dano moral coletivo foram deduzidas a partir do ano de 2001, influenciadas por debates havidos na cidade de Belém, Estado do Pará, por ocasião do “Seminário Internacional do Trabalho Forçado – Realidade a ser combatida”, realizado em novembro de 2000<sup>249</sup>.

Na perspectiva do particular condenado por sujeitar trabalhadores à condição análoga à de escravo, o crescente valor das indenizações impostas pela Justiça do Trabalho, atenta à extensão, natureza, gravidade e repercussão do ato lesivo, à capacidade econômica do infrator e à eventual reincidência, contribui, paulatinamente, para a prevenção de novas infrações, dado se caráter sancionador e pedagógico<sup>250</sup>.

#### 3.6.4 *Quantum indenizatório*

O critério de fixação do quantum indenizatório está no livre arbítrio do julgador da demanda, que analisará as provas e fatos apresentados de forma livre e consciente. Dentre os critérios estão as condições das partes, o nível social, o grau de escolaridade, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa, as condições socioeconômicas e os demais fatores que concorrem para a fixação do valor a ser indenizado<sup>251</sup>.

“A fixação do quantum competirá ao prudente arbítrio do magistrado de acordo com o estabelecido em lei, e nos casos de dano moral não contemplados legalmente a reparação correspondente será fixada por arbitramento. É da competência jurisdicional o estabelecimento do modo como o lesante deve reparar o dano moral, baseado em critérios subjetivos (posição social ou política do ofendido, intensidade do ânimo do ofensor, risco criado, gravidade e repercussão da ofensa). [...] Na reparação de dano moral o juiz determina, por equidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, o quantum da indenização devida, que deverá corresponder à lesão e não ser equivalente, por ser impossível tal equivalência”<sup>252</sup>.

<sup>248</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004.

<sup>249</sup> PRADO, Erlan José Peixoto do. A ação civil pública e sua eficácia no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo: o dano moral coletivo. In VELOSO; Gabriel, FAVA, Marcos Neves (Coords.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. São Paulo: LTr, 2006.

<sup>250</sup> PRADO, Erlan José Peixoto do. A ação civil pública e sua eficácia no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo: o dano moral coletivo. In VELOSO; Gabriel, FAVA, Marcos Neves (Coords.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. São Paulo: LTr, 2006. p. 190.

<sup>251</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004. p. 173.

<sup>252</sup> DINIZ, Maria Helena. **A responsabilidade civil por danos morais**. Revista Literária de Direito. Jan./Fev. 1996. p. 89.

Ademais, o juiz deve se atentar aos critérios e parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, para que o valor arbitrado não caracterize enriquecimento ilícito.

### **3.6.5 Reversão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

A Lei n. 7.998/1990 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o qual, à míngua de outro fundo específico, é o destinatário das indenizações de dano moral coletivo.

No entanto, do ponto de vista metaindividual, questiona-se a efetividade da reversão dos valores pagos a título de danos morais coletivos, tanto quando consignados em Termo de Ajuste de Conduta ou ACP, ao FAT<sup>253</sup>.

Ainda que as condenações impostas pela Justiça do Trabalho em referidas ações, ou mesmo os acordos judiciais entabulados, estejam distantes dos valores pleiteados, as cifras sugerem que sua utilização diretamente voltada para os trabalhadores libertos da condição escrava poderia ter grande eficácia no resgate de sua cidadania, cuja retomada tem início com as operações do GEFM<sup>254</sup>.

### **3.7 Estudo de caso: Processo n. TST-RR-17800-13.2003.5.08.0117**

Por meio deste estudo de caso, objetivamos apresentar à comunidade jurídico-acadêmica a aplicação do dano moral coletivo decorrente do trabalho em condição análoga à escravidão pela Justiça do Trabalho.

Para tanto, trazemos à baila acórdão proferido pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho no Recurso de Revista n. 178000-13.2003.5.08.0117, no qual figurou como recorrente o Grupo Lima Araújo Agropecuária Ltda., sociedade empresária cuja empresa é criadores de gado no estado do Pará após submeter 180 (cento e oitenta) trabalhadores a condições análogas às de escravos em duas fazendas de sua propriedade: fazendas Estrela de Alagoas e Fazenda Estrela de Maceio naquele estado da federação.

Após três ações fiscais realizadas entre 1998 e 2001 nas fazendas Estrela de Alagoas e Estrela de Maceió, de propriedade de Lima Araújo Agropecuária Ltda. nas quais o Grupo

<sup>253</sup> PRADO, Erlan José Peixoto do. **A ação civil pública e sua eficácia no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo: o dano moral coletivo.** In VELOSO; Gabriel, FAVA, Marcos Neves (Coords.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação.** São Paulo: LTr, 2006. p. 191.

<sup>254</sup> PRADO, Erlan José Peixoto do. **A ação civil pública e sua eficácia no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo: o dano moral coletivo.** In VELOSO; Gabriel, FAVA, Marcos Neves (Coords.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação.** São Paulo: LTr, 2006. p. 191.

Especial de Fiscalização Móvel – GEFM constatou, de forma reincidente a prática de trabalho em condição análoga à de escravo, em fevereiro de 2002, o MPT ajuizou com ação civil pública perante a 2ª Vara do Trabalho de Marabá, pleiteando a condenação em obrigações de fazer e não fazer<sup>255</sup>.

Diante da reincidência e do desrespeito à Justiça do Trabalho, bem como das violações à coletividade, o MPT requereu a condenação da sociedade empresária ao pagamento de R\$ 85.056.000,00 (oitenta e cinco milhões e cinquenta e seis mil reais) a título de danos morais coletivos, com imposição de obrigações de fazer e não fazer<sup>256</sup>.

O juiz do trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Marabá condenou a sociedade empresária ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), com reversão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT<sup>257</sup>.

Inconformados, autor e réu recorreram ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – TRT 8ª Região, ré em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O MPT requereu o aumento da indenização para R\$ 85.056.000,00 (oitenta e seis milhões e cinquenta e seis mil reais). Já o autor, a sua diminuição para R\$ 30.000.000,00 (trinta mil reais)<sup>258</sup>.

Por fim, o Tribunal regional, julgando a petição estipulou o valor da indenização a ser paga pela ré em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), pois entendeu que a sociedade empresária mantinha trabalhadores em condições análogas à escravidão em suas dependências. Nessa instância, os autos permaneceram por cerca de cinco anos sendo sem subir de instância, diante dos inúmeros recursos protelatórios ajuizados por ambas as partes, resultando para a sociedade empresária multa no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)<sup>259</sup>.

Sem se conformar com o resultado do recurso ordinário, a ré ajuizou Recurso de Revista supra, mas o Tribunal Superior do Trabalho entendeu ser reprovável a sua conduta,

---

<sup>255</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>256</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>257</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>258</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>259</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

por afronta direta à dignidade da pessoa humana, com reflexos, inclusive, sobre a proteção justralhista<sup>260</sup>.

Ainda, nesse julgado, estabeleceu que o valor da indenização moral coletiva tem que ser fixado de acordo com a violação perpetrada na esfera jurídica dos lesionados, bem como com as condições pessoais e econômicas das partes, a gravidade do dano, com espeque no princípio da razoabilidade e proporcionalidade<sup>261</sup>.

No julgamento, o TST entendeu ser inadmissível que, em pleno século XXI, persista condições inumanas de trabalho de tal jaez, no Brasil, razão pela qual elevou a indenização por dano moral coletivo a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a ser revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A decisão, por fim, transitou em julgado em 04/06/2012. O processo foi baixado à vara de origem para a execução<sup>262</sup>.

---

<sup>260</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>261</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

<sup>262</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. **TST-RR-178000-13.2003.5.08.0117**. 1ª Turma. Rel. Min. Vieira de Mello Filho. J. 18/8/2010, DJ 27/08/2010.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, nota-se que a abolição, embora tenha representado o ápice do movimento abolicionista com a ruptura do instituto da propriedade de um homem sobre outro homem, foi mais formal do que material, haja vista que o ato, antes lícito, evoluiu para modos distintos e dissimulados de escravidão, configuradores de atos ilícitos.

Essa dissimulação, fundada no cerceio à liberdade de outrem, é respaldada por dívidas, ameaças e violência física, que, no Brasil, estão tipificadas em tipo penal próprio a tutelar a liberdade individual e a dignidades de quaisquer pessoas que se encontrem em condição análoga à de escravo. O art. 149, Código Penal Brasileiro dá esteio às ações perpetradas pelos órgãos estatais no sentido de identificar os ofensores da esfera jurídica de trabalhadores urbanos e rurais.

Com isso, pode-se afirmar que a relação jurídica da escravidão, não obstante hoje seja revestida de ilicitude, remanesce nos dias de hoje com um caráter de dissimulação que o torna de difícil constatação, em alguns casos, pois é praticado às escondidas, em regiões geográficas longínquas, por exemplo. Independente de como ocorra, a involuntariedade no desempenho do trabalho já demonstra o quão inumano, degradante e aviltante é o trabalho escravo é, com violações diretas à dignidade dos trabalhadores.

Não é por outra razão que o trabalho em condição análogo à escravidão é proibido de modo absoluto, em quaisquer circunstâncias, em território nacional, constituindo-se em cláusula pétrea de observância global, tendo em vista que o direito a não ser reduzido à escravidão é direito humano fundamental, absoluto e inderrogável e, ainda, que todo ser humano é detentor de dignidade e, tão somente por ser homem, faz jus ao respeito à sua dignidade e liberdade.

Entretanto, a subsistência da escravidão não deve acarretar na ausência de ações combativas, sociais e estatais, no sentido de erradicar essa vil forma de trabalho. Ao contrário, deve sim impulsionar o cumprimento da Constituição Federal de 1988 a fim de dar concretude aos valores nela contidos, em especial assegurando os direitos sociais e individuais, a liberdade, a igualdade como valores supremos da sociedade brasileira, sempre à luz da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, é que o Ministério Público do Trabalho, como órgão defensor da ordem jurídica e dos valores difusos e coletivos da sociedade desempenha sua função

institucional com bastante vigor, quanto mais tendo por aliado a Justiça do Trabalho. É essa aliança entre MP e Justiça Trabalhista que têm gerado resultados positivos em torno da questão do trabalho escravo, alcançando o MPT posição sobranceira, principalmente com a institucionalização da ação civil pública como meio processual hábil a mover as máquinas judiciárias em torno do deferimento do dano moral coletivo decorrente de ferimento de ordem individual homogênea a grupos reduzidos à condição análoga à de escravo. Assim, discussões antes atinentes apenas aos Poderes Executivo e Legislativo, agora permeiam órgãos estatais dos mais diversos matizes, movidos pelos princípios constitucionais.

A ação civil pública, portanto, é meio imanente à tutela da dignidade humana com vistas ao trabalho decente. O reconhecimento ampliado desse instrumento de tutela coletiva, direcionam os esforços estatais para a reparação de eventuais danos perpetrados em face de trabalhadores, bem como pela sociedade.

Em uma sociedade de caráter patrimonialista, marcada econômica, social e, sobretudo, culturalmente pela desigualdade, e tradicionalmente pouco crítica, demonstra-se vergonhosa a situação de complacência ou inércia frente à escravidão. O escravismo, no Brasil, nas suas expressões contemporâneas, não se manifesta apenas nas degradantes condições de trabalho, tampouco nos baixos salários, mas especialmente, na violência que é subjacente ao fenômeno.

Ante o exposto, a recomposição da esfera jurídica social por meio do dano moral coletivo está em consonância com as demandas existentes na sociedade contemporânea, no que tange especialmente ao trabalho em condição análoga à de escravo, como forma punitivo-pedagógica de se restabelecer o equilíbrio social perdido, bem como o status quo ante.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: abordagem sociojurídica. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 69, n. 2, 2003. p. 139-153.

ANDERSON, Perry. A Grécia. In: PINSKY Jaime (Org.). **Modos de produção na antiguidade**. 2. ed. São Paulo: Global, 1984.

AZEVEDO, José Carlos Souza. Trabalho escravo: atuação do Ministério Público do Trabalho nas regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: LACERDA SABINO, João Filipe; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **Direitos fundamentais do trabalho na visão de procuradores do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria e crítica do pós-positivismo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 225, p. 5-37, jul./set. 2001.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BELTRAMELLI NETO, Silvio. Inquérito civil no Ministério Público do Trabalho: reflexões a partir de um novo perfil institucional. In: MIESSA, Élisson; CORREIA, Henrique (org.). **Estudos aprofundados MPT**: Ministério Público do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2013.

BÍBLIA. Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil dos danos morais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. p. 424-425.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. **Lei n. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. **Lei n. 10.683**, de 28 de maio de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional 2014**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/portal/docs/MensagemPresidencialCongresso2014.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 265**, de 6 de junho de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/fisca\\_trab/portaria-n-265-de-06-06-2002.htm](http://portal.mte.gov.br/fisca_trab/portaria-n-265-de-06-06-2002.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 540**, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p\\_20041015\\_540.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 1.234**, de 17 de novembro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/portaria-n-1-234-de-17-11-2003.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2ABF15B50089/7337.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança. Primeira seção. **MS 14.017/DF**. Primeira Relator Herman Benjamin. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6525539/mandado-de-seguranca-petreq-no-ms-14017>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 56.140-15.2004.5.03.0096**. Brasília, 2007. Relator: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 402-469/97**. Quinta turma. Brasília, 1997. Relator: Min. José Luiz Vasconcellos.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito. **Inq. n. 3.412/AL**. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Marco Aurélio de Melo. Brasília, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. Tribunal Pleno. **RE 398.041-6 Pará**. Relator: Min. Joaquim Barbosa. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570361>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: PASTOUS NOCCHI, Andrea Saint. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho escravo: caracterização jurídica dos fatos típicos de execução. **Revista do Ministério Público do Trabalho na Paraíba**. p. 78-99.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALIERI, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Malheiros, 1998.

CESÁRIO, João Humberto. O cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo como instrumento de afirmação da cidadania: questões constitucionais e processuais (à luz da nova Lei do Mandado de Segurança). In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous et al. **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução n. 69**, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.prt12.mpt.mp.br/prt/destaques/resolu69.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.

COSTA, Walmir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais: competência e mensuração**. Curitiba: Juruá, 1999.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso do Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008.

DELMANTO, Celso et al. **Código Penal comentado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: SENAC, 2000.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985.

GRECO, Rogério. **Código Penal: comentado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2009.

LOTTO, Luciana Aparecida. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008.

MARCHANT, Alexander. Do escambo à escravidão. 2ª ed. São Paulo: Brasiliana, 1980

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos**. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos interesses difusos e coletivos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano moral coletivo**. São Paulo: LTr, 2004.

MENDONÇA, Carvalho de. **Doutrina e práticas das obrigações**. Curitiba: Paranaense, 1908.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. São Paulo: Renovar, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasília: OIT, 2007.

PALO NETO, Vito. **Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Instituições de Direito Civil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 11. ed., São Paulo: Contexto, 1992, (Col. Repensando a história).

PRADO, Erlan José Peixoto do. A ação civil pública e sua eficácia no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo: o dano moral coletivo. In VELOSO; Gabriel, FAVA, Marcos Neves (Coords.). **Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação**. São Paulo: LTr, 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, Raymundo Lima. Jornada de trabalho exaustiva e a Orientação n. 3 da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – CONAETE. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XXI, n. 42, set. 2011. p. 135-162.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SHARP JR., Ronald A. **Dano moral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.

SHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo**: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **A reparação do dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SIMÓN, Sandra Lia; MELO, Luis Antônio Camargo de. Direitos humanos fundamentais e trabalho escravo no Brasil. In: SILVA, Alessandro da. et. al. (Org.). **Direitos Humanos**: essência do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007. p. 106-114.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF analisa se cabe à Justiça Federal ou Estadual julgar crime de exploração de trabalho escravo**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=119686>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* **Instituições de direito do trabalho**. 22 ed., atual. São Paulo: LTr, 2005.

TEIXEIRA FILHO, João de Lima. Inspeção do trabalho. In: SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005, v. 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano moral**. 3. ed. Juarez de Oliveira: São Paulo, 2000.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIANA, Márcio Túlio. **Trabalho escravo e “lista suja”**: um modo original de se remover uma mancha. Revista LTr: legislação do Trabalho, São Paulo, v.71, n. 8. p. 925-938, ago. 2007.

VIANNA, Segadas. Inspeção do trabalho. In: SÜSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: LTr, v. 2.